



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE**

MÁCIA DA LUZ BARROS

**O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA POLÍTICA DE
PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO
TOCANTINS**

**Araguaína/TO
2024**

MÁCIA DA LUZ BARROS

**O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA POLÍTICA DE
PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO
TOCANTINS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de **Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais**.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes

**Araguaína/TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B277p Barros, Mácia da Luz.

O papel do restaurante universitário na política de permanências de alunos na Universidade Federal do Norte do Tocantins / Mácia da Luz Barros. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.
123 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDire) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientador: Maurício Ferreira Mendes.

1. Assistência Estudantil. 2. Permanência. 3. Restaurante Universitário.

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁCIA DA LUZ BARROS

O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Data de aprovação: 05 / 04 / 2024.

Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
MAURICIO FERREIRA MENDES
Data: 08/05/2024 13:32:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, orientador PPGDire/UFNT

 Documento assinado digitalmente
JOAO DE DEUS LEITE
Data: 08/05/2024 10:36:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. João, de Deus Leite, examinador interno PPGDire/UFNT

 Documento assinado digitalmente
ROMULO SOARES BARBOSA
Data: 08/05/2024 10:28:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa, examinador externo PPGDS/Unimontes

As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas dada a oportunidade na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento (SEN, 2010).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de aprender mais, por meio deste mestrado. Foram dias de muita luta, mas a força e a alegria de Deus me sustentaram a cada dia.

Aos meus pais, José de Ribamar e Marina, por incentivarem o meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu amado filho Gabriel, por me ensinar a ser uma pessoa melhor, que por várias vezes me acompanhou em compromissos da pós-graduação e vivenciou alguns momentos. Filho, você é um presente de Deus, te amo muito!

Aos meus irmãos e irmãs que sempre torcem pelo meu sucesso, principalmente, a meu irmão Márcio, que, por muitas vezes, cuidou de meu filho, para que eu pudesse estudar.

Ao meu orientador e professor Dr. Maurício Ferreira Mendes, que, com carinho, apoiou-me em todas as etapas do mestrado, compreendendo minhas limitações, durante os períodos difíceis que passei durante o percurso da pós-graduação.

À professora Dra. Lilyan Rosmery Luizaga, que me orientou na pesquisa, durante um período. Meus agradecimentos pelos ensinamentos.

À professora Sabrina Guimarães Paiva, pelos ensinamentos ministrados na disciplina de análise quantitativa e por me orientar em outros momentos sobre como utilizar o *Software Statistical Package for Social Sciences – SPSS*.

Aos professores da banca por aceitarem ao convite desta pesquisa e por tecerem suas considerações.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que, com seus ensinamentos, cursos e conversas informais contribuíram com a minha formação.

Aos meus colegas do PPGDire, pela companhia durante essa caminhada no mestrado. Agradeço de coração aos colegas Juliete, Hélio, Valéria e Cristiane por todo o apoio e pelas informações trocadas. Meu muito obrigada!

A meus familiares e a meus amigos, que, direta ou indiretamente, apoiaram-me nesta caminhada acadêmica, rumo à conclusão do mestrado. Muito obrigada!

RESUMO

Neste trabalho, tematizamos a questão da vulnerabilidade socioeconômica de alunos da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), não perdendo de vista a questão do desenvolvimento humano a partir das teorizações de Sen (2010). O nosso foco recaiu, mais precisamente, sobre o papel que o restaurante universitário desta instituição exerce ou não na política universitária de permanência estudantil, podendo assegurar ou não o acesso e a permanência de alunos no ensino superior. Dessa forma, o estudo teve como objetivo analisar em que medida a implantação e a implementação do restaurante universitário, no Centro de Ciências Agrárias (CCA) e de sua extensão no Centro de Ciências Integradas Cimba (CCI), vinculado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), possibilita ou não a permanência universitária de discentes nos cursos de licenciaturas e bacharelados presenciais desses Centros. O estudo proposto foi de abordagem quali-quantitativa e quanto aos objetivos está classificado como exploratório-descritivo, com o questionário e a análise documental como instrumentos de coleta de dados. A base empírica da coleta de dados da pesquisa deu-se na Universidade Federal do Norte do Tocantins, mais precisamente por meio da aplicação de questionário semiestruturado aplicados junto aos alunos usuários do restaurante universitário localizado em Araguaína, no Centro de Ciências Agrárias (CCA) e na extensão deste localizado no Centro de Ciências Integradas (CCI). Foram entrevistados 302 discentes, com perguntas abertas e fechadas. Já os dados secundários foram coletados na própria universidade, mais precisamente nos setores que gerenciam o restaurante universitário da Instituição. Os resultados demonstram que as ações desenvolvidas na área de alimentação, como o restaurante universitário, contribuem para o desenvolvimento dos alunos, no entanto, não são suficientes isoladamente, faz-se necessário que a realização de outras ações como moradia estudantil, apoio pedagógico, dentre outras, ocorram concomitantemente com novas adaptações e execução das melhorias. Conclui-se, com a presente pesquisa, que os critérios utilizados pela universidade para acesso dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica são insuficientes, devendo serem revistos para conceder isenção total aos que realmente precisam e que não utilizam deste benefício.

Palavras-chave: PNAES; Assistência Estudantil; Permanência; Restaurante Universitário.

ABSTRACT

In this work, we discuss the issue of socioeconomic vulnerability of students at the Federal University of Northern Tocantins (UFNT), without losing sight of the issue of human development based on the theories of Sen (2010). Our focus was, more precisely, on the role that the university restaurant of this institution plays or not in the university policy on student permanence, whether or not it can ensure access and permanence of students in higher education. Thus, the study aimed to analyze to what extent the establishment and implementation of the university restaurant, at the Agricultural Sciences Center (CCA) and its extension at the Center for Integrated Sciences (CCI), linked to the Federal University of Northern Tocantins (UFNT), allows or not the university stay of students in the face-to-face undergraduate and bachelor's degree courses at these Centers. The proposed study had a qualitative-quantitative approach and, in terms of objectives, it is classified as exploratory-descriptive, with the questionnaire and document analysis as data collection instruments. The empirical basis for the research data collection took place at the Federal University of Northern Tocantins, more precisely through the application of a semi-structured questionnaire applied to student users of the university restaurant located in Araguaína, at the Center for Agricultural Sciences (CCA) and in the extension of this located at Center for Integrated Sciences (CCI). 302 students were interviewed, with open and closed questions. Secondary data were collected at the university itself, more precisely in the sectors that manage the Institution's university restaurant. The results demonstrate that the actions developed in the food area, such as the university restaurant, contribute to the development of students, however, they are not sufficient in isolation, it is necessary to carry out other actions such as student housing, pedagogical support, among others, occur concomitantly with new adaptations and implementation of improvements. It is concluded, with this research, that the criteria used by the university for access by students in situations of socioeconomic vulnerability are insufficient and should be reviewed to grant total exemption to those who really need it and who do not use this benefit.

Keywords: PNAES; Student Assistance; Permanence; University restaurant.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas	26
Figura 2 – Localização do Município de Araguaína-TO	59
Figura 3 – Localização do Restaurante Universitário no Centro de Ciências Agrárias e sua extensão no Centro de Ciências Integradas, em Araguaína-Tocantins	61
Figura 4 – Restaurante Universitário/Todos os campus/unidades- CCI e CCA	67
Figura 5 – Inauguração nova Empresa- polenta Empresa de Alimentação S.A	70
Figura 6 – Prédio da Reitoria - UFNT	71
Figura 7 – Reinvidicações dos Estudantes (2023)	71
Figura 8 – Origem Geográfica dos alunos 2020	73
Figura 9 – Origem geográfica dos alunos de 2019-2022	75
Figura 10 – Trajetória das despesas pagas como recurso PNAES e os tipos de benefícios concedidos pela política de assistência estudantil da UFT	76
Figura 11 – Quantidade de refeições por categoria concedidas no restaurante universitário do campus de Araguaína de 2017 a 2022	78
Figura 12 – Transporte e renda familiar	82
Figura 13 – Visão frontal do prédio onde funciona o restaurante universitário no Centro de Ciências Integradas, somente do lado direito	85
Figura 14 – Visão frontal do restaurante após a construção da cobertura na passarela	85
Figura 15 – Lateral onde funciona o restaurante universitário no CCI	86
Figura 16 – Mural de avisos e preços	86
Figura 17 – Balcão de atendimento	87
Figura 18 – Porta de entrada do restaurante no CCI	87
Figura 19 – Porta de entrada restaurante universitário no CCA	94
Figura 20 – Estudantes na fila da porta de entrada para o restaurante	94
Figura 21 – Estudantes almoçando	95
Figura 22 – Estudantes servindo as refeições	95
Figura 23 – Visão geral do restaurante	96
Figura 24 – Opções servidas no almoço	96
Figura 25 – Opções de salada	97
Figura 26 – Painel de avisos no restaurante do Centro de Ciências Agrárias	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Programa de Indicadores Sociais	46
Quadro 2 – Programas da Política de Assistência Estudantil da UFNT	47
Quadro 3 – Levantamento de teses e ou de dissertações	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Graduandos (as) com Renda Mensal Familiar Per Capita “Até 1 e meio SM”, por região geográfica, segundo Faixa de Renda Mensal Familiar Per Capita – 2018 (em %)	21
Tabela 2– Número de matrícula, ingressantes e concluintes no ensino superior presencial- 2018-2022 na Região Norte	60
Tabela 3 – Quantitativo de alunos que almoçam no RU do CCA e CCI e quantidade da amostra oriunda da coleta de dados primários	65
Tabela 4 – Etnia dos alunos campus de Araguaína-2019	73
Tabela 5– Etnia dos alunos campus de Araguaína 2021	74
Tabela 6 – Percentual do gênero dos usuários do RU campus Araguaína, unidade Cimba (análise SPSS)	79
Tabela 7 – percentual da faixa etária dos usuários do RU, campus Araguaína, unidade Cimba (análise SPSS)	80
Tabela 8 – Renda familiar mensal dos usuários do RU, campus Araguaína, CCI (análise SPSS)	81
Tabela 9 – Atividade desempenhada pelos usuários do RU, campus Araguaína, CCI (análise SPSS)	81
Tabela 10 – Meio de transporte usado pelos usuários do RU até a universidade, campus Araguaína, CCI (análise SPSS)	82
Tabela 11 – Percentual do principal motivo para realizar as refeições no RU, campus Araguaína, CCI	83
Tabela 12 – Percepção em relação ao restaurante, campus Araguaína, no CCI (análise SPSS)	84
Tabela 13– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT, que não recebem o benefício isenção total, no Centro de Ciências Integradas, entre 2017 a 2023	88
Tabela 14– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT que possuem isenção total no pagamento, Centro de Ciências Integradas, entre 2019 a 2023	89
Tabela 15 – Percentual do gênero dos usuários do RU campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)	90
Tabela 16– percentual da faixa etária dos usuários do RU, campus Araguaína, no CCA	90
Tabela 17– Renda familiar mensal dos usuários do RU, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)	91
Tabela 18– Atividade desempenhada pelos usuários do RU, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)	91
Tabela 19– Meio de transporte usado pelos usuários do RU até a universidade, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)	92
Tabela 20– Percentual do principal motivo para realizar as refeições no RU, campus Araguaína, no CCA	93
Tabela 21– Percepção em relação ao restaurante, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)	93
Tabela 22– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT, do Centro de Ciências Agrárias entre 2017 a 2023, que não recebem o benefício isenção total	97

Tabela 23– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT que possuem isenção total no pagamento, Centro de Ciências Agrárias, entre 2019 a 2023 98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CEFETs- Centro Federais de Educação tecnológicas

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CEP- Comitê de Ética em pesquisas com seres humanos

CUBO- Sistema de cadastro unificado de bolsas e auxílios

CCI- Centro de Ciências Integradas

CCA- Centro de Ciências Agrárias

DAP- Diretoria de Acompanhamento dos Programas de Assistência Estudantil

DHAA- Direito Humano à alimentação Adequada

DARU- Divisão de Alimentação e Restaurante

FONAPRACE- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFTO- Instituto Federal do Tocantins

INEP- Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS- Índice de Vulnerabilidade Social

LOSAN- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MEC- Ministério da Educação

PENSSAN- Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PNAES- Política Nacional de Assistência Estudantil

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional

PROAF- Pró-Reitoria de Finanças e Execução Orçamentária

PROEST- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PISO- Programa de Indicadores Sociais

PIB- Produto Interno Bruto

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNADC- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua

SIMAE- Serviço Integrado Multiprofissional e Interdisciplinar de Assistência Estudantil

SPSS- Statistical Package for the Social Sciences

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. POLÍTICAS PÚBLICAS: A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO DAS LIBERDADES SUBSTANTIVAS	24
2.1 Incursões sobre políticas públicas e suas relações com as teorizações senianas	24
2.2 Políticas Públicas para a educação: o Plano Nacional de Assistência Estudantil	44
2.3 O papel dos restaurantes universitários nas IFES	50
3. LÓCUS DA PESQUISA E METODOLOGIA	58
3.1. Caracterização da Pesquisa	58
3.2. Local	58
3.3. Aspectos éticos	62
3.4. Coleta de dados	62
3.5. Análise estatística	64
4. DOS RESULTADOS SOBRE A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	70
4.1 Histórico de implantação do restaurante universitário da UFNT e a origem geográfica dos alunos usuários do restaurante universitário de 2019 a 2023, no CCA e CCI.	72
4.2 Inserção do restaurante universitário na permanência dos alunos.	75
4.3 Infraestrutura destinada ao funcionamento do restaurante universitário na UFNT, considerando os recursos recebidos do PNAES.	75
4.4 Avaliação do cardápio e serviços oferecidos à comunidade acadêmica.	77
4.5 Percentual de alunos ingressantes em situação de vulnerabilidade e o coeficiente de rendimento destes.	77
4.6 Restaurante universitário no Centro de Ciências Integradas	79
4.7 Restaurante universitário no Centro de Ciências Agrárias	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A	114
APÊNDICE B	117
ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	121

1. INTRODUÇÃO

A inserção do cidadão nas universidades públicas federais, estaduais e/ou municipais oportuniza ter acesso ao conhecimento na busca pelo crescimento pessoal e/ou profissional; é realmente uma grande transformação na vida da pessoa, trazendo benefícios profissionais, econômicos, sociais, culturais, tanto a ela, quanto à sociedade em geral. A partir de então, o cidadão pode intervir na sociedade em geral, ou seja, ela poderá atuar de forma qualificada nos poderes executivo, legislativo e judiciário, ou mesmo na sua comunidade e/ou no seu bairro.

Segundo Durkheim (2011), independente da nossa formação, cada um de nós é constituído de dois seres, sendo o individual e o social. O ser individual formado por todos “os estados mentais que só se relacionam conosco mesmos; e um ser social que é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos, que exprimem em nós, não a nossa individualidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte” (DURKHEIN, 2011, p. 54).

Portanto, a educação é uma aliada no desenvolvimento social humano, pois possibilita a construção de conhecimento, o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico. Cada pessoa, com sua identidade cultural, social, política e humana, por meio dos seus relacionamentos sociais, participando do processo educacional, acaba produzindo conhecimento, aprimorando suas competências e suas habilidades pessoais e/ou profissionais.

O espaço universitário, além de propiciar conhecimento, deve oferecer condições para permanência institucional dos discentes até a finalização do curso. É notória a participação dos restaurantes universitários (RUs), por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil, no processo de permanência dos alunos nas Universidades, sobretudo, a depender das condições sociais e econômicas destes. Esta política contribui diretamente para a segurança alimentar daqueles que participam do espaço universitário, sobretudo dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, concedendo um subsídio no valor das refeições.

A Política Nacional de Assistência Estudantil foi implementada pelo decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o PNAES é voltado para alunos de baixa renda matriculados em universidades federais, tendo como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre

todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e de evasão (BRASIL, 2023).

Conforme o MEC, cada instituição de Ensino Superior tem autonomia para utilizar os recursos financeiros nas mais diversas áreas, que vão ao encontro da viabilização de igualdade entre os estudantes, garantindo a permanência dos alunos. Os recursos financeiros do PNAES podem ser aplicados à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico, sendo que cada universidade avalia e propõe melhorias e ajustes na execução do PNAES (BRASIL, 2023).

Na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), funciona o RU, fornecendo alimentação diária aos alunos, sendo café da manhã¹, almoço e jantar, de segunda-feira à sexta-feira, com recursos financeiros oriundo do PNAES. Estes recursos são gerenciados e administrados pela gestão da universidade, por meio da Pró-Reitoria de Finanças e Execução Orçamentária (PROAF). A parte operacional de produção e de cardápio das refeições é de responsabilidade da nutricionista da UFNT, servidora do Campus Araguaína, além da Empresa Terceirizada Polenta² (Empresa de Alimentação S.A), que fornece as refeições, tudo vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PROEST). O RU da UFNT, com estrutura no Centro de Ciências Agrárias (CCA), e com sua extensão situada na unidade do Centro de Ciências Integradas (CCI), integra a Divisão de Alimentação e Restaurante Universitário (DARU) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST). O RU da unidade CCA foi inaugurado, em agosto de 2014, e em julho de 2017 foi inaugurada uma extensão, apenas para a distribuição de refeições na unidade CCI (UFNT, 2023).

Destaca-se ainda que, na UFNT, a PROEST é a Pró-Reitoria responsável pela política do PNAES, pelo gerenciamento dos recursos financeiros, além de apoiar os estudantes nas suas diversas demandas por alimentação, por moradia, por transporte, por saúde, dentre outras, e promover a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a sua permanência por meio de ações vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (UFT, 2023).

Por sua vez, a Diretoria de Acompanhamento dos Programas de Assistências Estudantil (DAP) é a responsável por acompanhar a execução dos programas de

¹ O café da manhã foi inserido nas refeições do restaurante, a partir de 25/04/2023.

² Polenta Empresa de Alimentação S.A com sede na Cidade de São Paulo-SP, *site* <https://polentaalimentacao.com.br/> atua no RU da UFNT de Araguaína desde o dia 25/04/2023.

assistência estudantil da PROEST e dos setores de assistência estudantil da instituição, ou seja, esta diretoria é a responsável direta pelo funcionamento do RU da UFNT. Quanto à avaliação, no site da Instituição, consta um relatório de pesquisa denominado Assistência Estudantil de 2017 e 2022 que, na avaliação dos resultados, demonstraram respectivamente: que as ações de assistência estudantil nas áreas de moradia, saúde e alimentação desenvolvidas são importantes, mas há ajustes a serem feitos e que os dados levantados com a referente pesquisa são relevantes para auxiliar na avaliação das ações desenvolvidas e na proposição de novas ações, pensando na possibilidade de expansão e de melhorias na execução dos programas. No entanto, no período compreendido entre 2018 a 2021, não consta nenhuma informação sobre avaliação ou algum tipo de pesquisa.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2006) destaca a importância adequada da alimentação para todos os seres humanos e em todos os níveis da sociedade, seja nas comunidades, nas escolas, nas universidades. De acordo com art. 2º, da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, “A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, [...], devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população” (BRASIL, 2006, p, 01).

Portanto, segundo Hoffmann (2008), a segurança alimentar e nutricional ocorre, quando temos a disponibilidade de alimentos seguros de forma permanente e suficientes para termos uma vida saudável. Esses alimentos devem nos garantir alimentação adequada e nutricional. “Considera-se que há níveis satisfatórios de segurança alimentar para uma população se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes e em qualidade para uma vida ativa e saudável” (HOFFMANN, 2008, p. 50).

Neste contexto, a UFNT, devido à localização geográfica do Estado, que se limita com cinco estados da federação: Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pará, desperta o interesse dos moradores de outras regiões e principalmente de estudantes, muitos destes alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desempenhando, assim, relevante contribuição na formação universitária dos cidadãos, principalmente da região norte do país.

Para auxiliar as políticas de assistência estudantil, a pesquisa do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), de 2018, demonstrou o perfil socioeconômico e cultural dos graduandos (as) das Ifes, apresentando o seguinte: 70,2% dos estudantes são de famílias de renda até 1,5 salário-mínimo; o percentual de

estudantes com renda mensal familiar per capita de “Até 1 e meio SM” cresceu em todas as regiões. A região Nordeste - que continha, em 2014, o mais alto percentual de estudantes incluídos na faixa de renda per capita “Até 1 e meio SM” - teve um crescimento, em 2018, de 1,64 p.p., todavia, com crescimento de 5,73 p.p., o **Norte** ultrapassou o Nordeste de modo que, em 2018, aquela região contém o maior percentual de estudantes nesta faixa de renda: **81,9%**. Cresceu o percentual de discentes com renda inferior a 1 e meio SM também na região Sudeste (5,62 p.p.). No Sul, o aumento foi pouco significativo, mas no Centro-Oeste foi revelador pois cresceu 7,53 p.p. Este aumento no Centro-Oeste tirou a região da condição de melhor renda, que agora é ocupada pelo Sul (ANDIFES, 2019, grifo nosso).

Outrossim, na pesquisa de Oliveira et al. (2013), sobre a atuação da Universidade Federal do Tocantins (UFT)³ e sua inserção regional, constataram-se que:

[...] as cidades de Gurupi, Araguaína e Palmas são centros de gestão, distribuição e produção, com forte papel na rede urbana em suas regiões. Os fluxos diários de estudantes que vão estudar são notórios em todos os sete campi. A Universidade juntamente com a comunidade local precisa repensar quais os novos cursos que implementarão nos sete campi da Instituição, para não saturar uma região com apenas um segmento profissional. Nesse sentido é preciso uma melhor articulação regional dos cursos. Como ficou evidenciado, a estrutura multicampi da Universidade Federal do Tocantins permite uma maior abrangência da mesma no atendimento aos alunos do interior do Estado do Tocantins e Maranhão. Cumprindo, dessa forma, seu papel de inserção regional no contexto educacional (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 11)

Todo esse contingente de alunos vindos de fora e também de Araguaína, em situação de vulnerabilidade, dados acessíveis no relatório de gestão 2021 da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), confirmam a proporção dos alunos que receberam auxílio dos PNAES em 2021, em relação ao total, sendo 40,81% no semestre 2021/1 e 71,50% no semestre 2021/2. Tais informações conferem ainda mais a necessidade de a UFNT investir e intervir em políticas de assistência educacional. Por isso, o funcionamento do RU da UFNT em Araguaína se torna fundamental para cumprir a função social universitária por meio da política PNAES, possibilitando assim, a expansão das liberdades substantivas na universidade. Porém se frisa que também é importante outras ações, principalmente, no campo da moradia estudantil.

³ A UFNT foi criada a partir do desmembramento de dois câmpus da UFT, a saber: Araguaína e Tocantinópolis, criando assim, a Universidade Federal do Norte do Tocantins, pela Lei nº 13.856 de 08 de julho de 2019.

De acordo com informações do *site* g1.globo.com, a Casa do Estudante é um ambiente criado para abrigar universitários de baixa renda, mas a situação da unidade de Araguaína, no norte do Tocantins, é tão precária que causa preocupação em quem depende do local. Há mais de cinco anos o imóvel não passa por nenhuma manutenção (G1, 2021). O site da Universidade Federal do Norte do Tocantins, por estar em construção, não consta informações atualizadas sobre quais áreas estão sendo desenvolvidas as ações de Assistência Estudantil, com exceção do RU que já consta informações atualizadas.

Diante disso, e considerando que a UFNT trabalha com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na formação superior dos seus alunos e que um dos objetivos da instituição é promover a inclusão social (UFT, 2021-2025)⁴, faz-se necessário o seguinte questionamento: como as normativas vigentes na UFNT em relação à política PNAES estão sendo operacionalizadas, para acesso dos alunos ao RU, contemplando, de fato, aos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

Kaztman (2005, p. 04), ao ampliar o conceito de vulnerabilidade, define-a como:

Em su sentido amplio la categoria de vulnerabilidad refleja dos condiciones: la de los “vulnerados”, que se asimila a la condición de pobreza es decir que ya padecen una carência efectiva que implica la imposibilidad actual de sostenimiento y desarrollo y una debilidad a futuro a partir de esta incapacidad y la de los “vulnerables” para quienes el deterioro de sus condiciones de vida no esta yamateralizado sino que aparece como una situación de alta probabilidad em um futuro cercano a partir de las condiciones de fragilidad que los afecte. (KAZTMAN, 2005, p. 04).

Apesar de o autor conceituar o termo vulnerabilidade quanto à condição financeira, Amartya Sen (2000), para dizermos de um dos autores que sustentam este trabalho, define as condições socioeconômicas desfavoráveis e a pobreza como uma privação das capacidades de um indivíduo e não apenas por não ter recursos financeiros suficientes para manutenção das necessidades essenciais.

Percebe-se que a definição de vulnerabilidade não se refere somente à condição financeira, mas quanto à limitação de acesso aos direitos civis. A vulnerabilidade social se estabelece, quando os indivíduos têm limitações quanto ao uso de seus direitos, por não terem condições de usufruir dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos, principalmente por fatores socioeconômicos.

⁴ Para maiores informações sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025, consultar: <https://docs.uft.edu.br/share/s/15svuyf-RvupDe11b2bdfw>.

A hipótese desta pesquisa é de que a política PNAES tem cumprido seu papel na UFNT, no sentido de promover a igualdade de permanência⁵ de alunos nos cursos de Graduação em bacharelado e em licenciatura, porém é necessário maior aporte de investimentos financeiros, por parte do governo federal, e a priorização da atual gestão da universidade para investimentos na área de moradia estudantil e ampliação dos espaços coletivos, como é o caso do atual espaço do RU da UFNT. Nesse sentido, afirma-se que as ações de assistências estudantis na UFNT, como o RU, pensando o caso do auxílio alimentação, tem por objetivos proporcionar oportunidades de permanência para os estudantes de camadas sociais menos favorecidas. No entanto, essas políticas podem não contemplar toda a comunidade acadêmica, com vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, precisam ser ampliadas.

Ancorados nas referidas considerações, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar em que medida a implantação e a implementação do RU, no CCA, e de sua extensão do no CCI, da UFNT, possibilita ou não a permanência universitária de discentes nos cursos de licenciaturas e bacharelados presenciais desse Centro.

Para atender ao objetivo geral proposto, a pesquisa teve cinco objetivos específicos, quais sejam: 1) analisar a origem e o histórico de instalação/implantação do RU da UFNT, por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil, além de identificar quais são os usuários do restaurante, bem como a origem geográfica destes; 2) avaliar a inserção do RU da UFNT na efetivação de permanência dos alunos, considerando o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos dos cursos de graduação; 3) discutir e problematizar a infraestrutura destinada ao funcionamento do RU da UFNT, considerando os recursos financeiros aplicados para manutenção e funcionamento, por meio do PNAES e; 4) avaliar a parte operacional e finalística do RU da UFNT, por meio dos seus cardápios e serviços oferecidos à comunidade acadêmica. 5) analisar o percentual de alunos ingressantes em situação de vulnerabilidade, o coeficiente de rendimentos dos alunos vulneráveis dos cursos de graduação em licenciatura e bacharelado de Araguaína, no período de 2017 a 2023.

O PNAES é reforçado a partir da Emenda Constitucional nº 64 de 04, de fevereiro de 2010 (BRASIL, 2010), que afirma que a alimentação é considerada um direito social.

⁵ Para Santos (2009) a permanência estudantil apresenta duas dimensões inter-relacionadas, uma material associada as condições materiais de existência na Universidade e outra simbólica, que se refere a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/>

A Emenda Constitucional destaca ainda que é dever do governo federal, dos Estados e dos municípios assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma alimentação adequada principalmente aqueles indivíduos e grupos populacionais que não têm condições de obtê-la por conta própria, que passam por mais necessidades, como é o caso dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFNT, conforme serão demonstrados no capítulo de análise dos resultados.

Essa situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas federais é evidenciada pela pesquisa publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2018), que mapeou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, em 2018, e identificou que, na região norte do país, 81,9% das famílias dos estudantes recebem até 1,5 salários mínimos, o que dificulta a permanência e o término do curso de graduação na universidade (Tabela 1).

Tabela 1 - Graduandos (as) com Renda Mensal Familiar Per Capita “Até 1 e meio SM”, por região geográfica, segundo Faixa de Renda Mensal Familiar Per Capita – 2018 (em %)

Faixa Renda Mensal Per capita	Região do Campus											
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste			
	2014*	2018	2014*2018	2014*2018	2014*2018	2014*2018	2014*	2018	2014*2018	2014*2018	2014*	2018
Até meio SM %	45,9	44,8	45,8	38,3	22,3	17,8	21,8	13,6	22,8	18,6	32,0	26,6
Até 1 SM	66,5	70,2	67,3	64,9	44,8	45,6	45,7	40,4	43,1	45,9	53,9	53,5
Até 1 e meio SM	76,1	81,9	76,7	78,3	59,2	64,8	60,4	60,9	56,2	63,7	66,2	70,2

Fonte: Andifes (2018). *Fonaprace; Andifes (2016).

No que se refere a ações nesse sentido no âmbito das universidades, o primeiro RU surgiu na antiga Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na década de 50, na cidade do Rio de Janeiro, onde, para suprir as necessidades alimentares de funcionários e de estudantes, existiam restaurantes em algumas escolas e faculdades (BRASIL, 1984). A instituição mantinha ainda em outras faculdades e algumas escolas da cidade restaurantes para atendimento de funcionários e de alunos (Brasil, 1984, p. 2-3).

Em 1972, foi instituído o programa assistencial Bolsa Trabalho, pelo decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972, destinado a discentes de baixa condição financeira, de todos os níveis de ensino, que desenvolviam atividades profissionais. A partir da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como Direito Social, e a regulamentação das políticas em educação ocorreu a partir de 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 2010).

Porém, somente em 2009, como visto, foi criada a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAES), apoiando a permanência de estudantes de baixa renda familiar matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (BRASIL, 2010). O PNAES se encontra como um marco para a permanência dos alunos de baixa de renda nas universidades.

Portanto, a política pública PNAES se afirma como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui intencionalidade pública, desdobrando-se em planos, em programas e em projetos, conforme estratégias e políticas de cada instituição de ensino público federal (SECCHI, 2010). A política de assistência estudantil na UFNT, desde a implantação, vem ocorrendo com a transição das ações de Assistência Estudantil do PNAES da UFT para a UFNT a partir de 2019 e tem buscado responder às demandas dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, fazem-se necessárias o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas, para conhecer a realidade dos estudantes e auxiliar a tomada de decisão e de melhorias do programa.

Nessa perspectiva, parte-se do pressuposto de que os RU, os restaurantes populares e outros equipamentos públicos de alimentação devem oferecer alimentação que promova a saúde e respeite a diversidade cultural, objetivando igualdade nas condições de acesso e de melhorias na qualidade de vida do indivíduo. Ou seja, é importante propor e implementar cardápios locais e/ou regionais, conforme a origem e a localização de cada um desses espaços de alimentação.

Consta no *site* da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) que dentre as competências do restaurante universitário, uma delas é a de oferecer aos discentes, principalmente aqueles de baixa renda, uma alimentação nutricional equilibrada, segura do ponto de vista higiênico-sanitário, de baixo custo, com respeito a cultura local e atenção socioambiental.

A pesquisa justifica-se pelo fato de a proponente trabalhar na UFNT, razão por que sente a necessidade de buscar formas de compreender como RU funciona no âmbito da política PNAES, amenizando os efeitos das desigualdades sociais, de modo particular

como o equipamento público UFNT contribui para incentivar a permanência dos alunos na universidade, e, principalmente, daqueles socialmente vulneráveis, além de outras ações que estão sendo executadas nas áreas de moradia, de saúde, de inclusão digital, de creche, de esporte, de cultura e de apoio pedagógico.

Diante do exposto, esta pesquisa está diretamente relacionada com a linha de pesquisa “Desenvolvimento e Tecnologias Sociais”, uma vez que, por meio dela, será possível analisar o PNAES, no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), considerando a sua abrangência como política social, com destaque para o papel do RU e o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos do curso de graduação.

Dessa forma, a Universidade pode propor alternativas que possibilitem melhorias no gerenciamento dos serviços prestados e aproveitar melhor a política pública existente, relacionada à assistência estudantil, que envolve os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica em cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), uma vez que o RU faz parte da política universitária de assistência estudantil.

Nesta dissertação, formulamos os seguintes capítulos: referencial teórico abordando sobre Políticas Públicas e a Política de Permanência Estudantil no desenvolvimento e expansão das liberdades substantivas; lócus da pesquisa e metodologia; capítulo contendo os resultados sobre a ótica do desenvolvimento humano; e, por fim, as considerações finais.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO DESENVOLVIMENTO E NA EXPANSÃO DAS LIBERDADES SUBSTANTIVAS

2.1 Incursões sobre políticas públicas e suas relações com as teorizações senianas

Inexiste um único conceito para política pública na literatura especializada de diferentes áreas do saber como política, sociologia e economia. No entanto, boa parte desses conceitos abordados, nesta parte da pesquisa, denotam vinculações com os problemas sociais. “No contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades tem importância crucial” (SEN, 2010, p. 190). O autor destaca ainda que a criação de oportunidades sociais pelo Estado contribui diretamente para ampliar as capacidades humanas e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (SEN, 2010).

As políticas públicas estão relacionadas ao exercício do poder, e elas acontecem em resposta aos problemas sociais, no intuito de tentar resolver as necessidades da vida coletiva. São ações que o governo executa com propósitos diversos, buscando melhorias na qualidade de vida da população, o bem comum. Silveira (2007, p. 27) afirma que a “política é algo do domínio da ética e da moral, das relações humanas, de suas atividades individuais ou encadeadas coletivamente”.

Souza (2006, p. 26) resume política pública do seguinte modo:

Como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

As políticas sociais “relacionam-se a ações implementadas pelo Estado com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais, referentes a diversas áreas como educação, saúde” (HOFLING 2001, p. 31).

Ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico e caracterizadas por sua abrangência, geralmente relacionadas às áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento (HOFLING, 2001, p. 31).

Segundo Secchi (2014, p. 2), política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. “[...] Se apresenta como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e analisar essa ação” (SOUZA, 2006, p. 26).

É a conjuntura da política pública que vai definir como será a resposta dada ao problema público. “O universo da política pública está cheio de constelações distintas de atores, ideias e instituições que formam o espaço em que os problemas reais são enfrentados e constroem-se as respostas” (HOWLETT et al., 2013, p. 98).

Segundo Souza (2006), não existe um consenso sobre a definição de política pública. Para a autora, a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por quê? Que diferença faz? (SOUZA, 2006).

Embora não exista um conceito padrão sobre políticas públicas, a entidade pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento que tem a competência para levantamento e divulgação de dados econômicos no Brasil é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O Instituto consolidou políticas públicas como:

O conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, dotada de recursos orçamentários ou de recursos oriundos de renúncia de receitas e benefícios de natureza financeira e creditícia (IPEA, 2018, p. 13).

No Brasil, baseando-se no princípio da separação de poderes, a competência para elaborar e implementar políticas públicas é exclusiva do Poder Executivo. Observa-se tal apontamento, na explicação de Frontini (2001, p. 669):

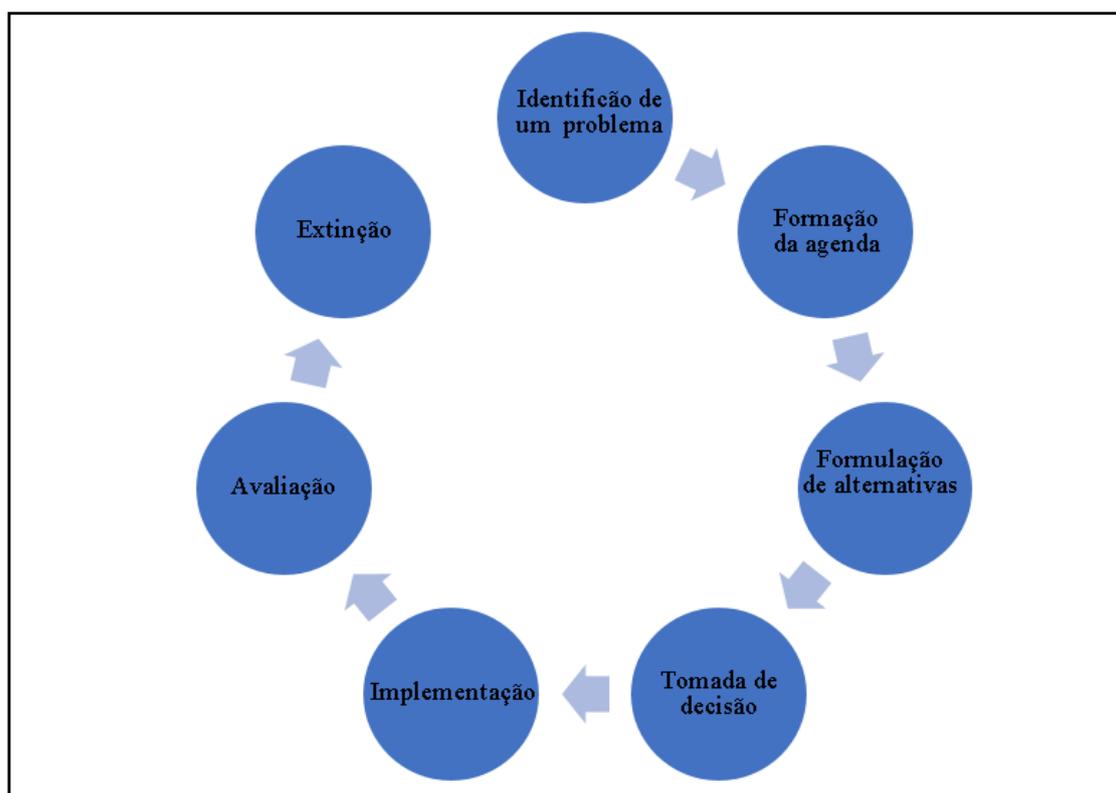
O certo, todavia, é que cabe ao Poder Executivo formular e executar as políticas públicas a serem desenvolvidas nos vários e amplos setores em que o Estado age. E a adoção de políticas públicas é matéria que se insere na competência interna e exclusiva do Poder Executivo. Assim, as deliberações do governo, enquanto age ele dentro do cumprimento normal e de boa-fé de sua competência constitucional, adotando decisões de conveniência e oportunidade que lhe são próprias e exclusivas, ficam resguardadas da ingerência dos demais Poderes. As decisões do Poder Executivo, assim, assumidas, ficam subtraídas à apreciação ou interferência dos demais Poderes (FRONTINI, 2001, p. 669).

Conforme estudos já realizados, as políticas públicas são classificadas em fases, em ciclos, em estágios, dentre outras denominações. “A ideia de ciclo da política talvez seja a perspectiva mais corrente e compartilhada nos estudos atuais de política, com

grande parte dos estudos fazendo uma análise por momentos ou fases do processo político” (LIMA, 2016, p. 23). Tendo por base o ciclo das políticas públicas, conforme definido por Secchi (2012), o ciclo pode ser pensado a partir das seguintes etapas: 1) identificação do problema; 2) formulação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; e, 7) extinção.

Para Secchi (2012, p. 33), “Existe um processo de elaboração de políticas públicas conhecido como ciclo de políticas públicas que é um esquema de visualização e de interpretação que a organiza em fases sequenciais e interdependentes”, identificadas na figura 1 demonstrada a seguir:

Figura 1 – Ciclo das Políticas Pública



Fonte: Secchi (2012).

O ciclo das políticas públicas tem uma importante finalidade, como destaca Secchi (2013, p. 34), “ajuda a organizar as ideias e resolver alguma complexidade de política pública, como ajuda [...] a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos”. “O Ciclo de Políticas é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política” (RUA, 2009, p. 36).

A primeira fase que demonstra o ciclo das políticas públicas é a identificação do problema. O problema geralmente surge, quando discordamos de algo ou de alguma situação. Já um problema público “Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2014, p. 34).

Para Secchi (2014, p. 35), a identificação do problema público, formulado por Sjöblom em 1984⁶ envolve: “a percepção do problema; a delimitação do problema e avaliação da possibilidade de resolução”, conforme detalhado:

A percepção do problema: um problema público não existe senão na cabeça das pessoas. Um problema público, portanto, é um conceito subjetivo ou, melhor ainda, intersubjetivo. Uma situação pública passa a ser insatisfatória a partir do momento em que afeta a percepção de muitos atores relevantes; a definição ou delimitação do problema: a delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, e sintetizar em uma frase a essência do mesmo. No momento de delimitação de um problema também são criados os norteadores para as definições do conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos, avaliações. Exatamente por isso a delimitação de um problema público é politicamente crucial no processo de elaboração de uma política pública. Há de se destacar, no entanto, que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases sucessivas de formulação das alternativas e, principalmente, na implementação, os problemas públicos são redefinidos e adaptados por políticos, burocratas, e os próprios destinatários da política pública; a avaliação da possibilidade de resolução: costuma-se dizer que um problema sem solução não é um problema. É claro que nem sempre as políticas públicas são elaboradas para resolver completamente um problema, e sim apenas para mitigá-lo ou diminuir suas consequências negativas. No entanto, dificilmente um problema é identificado socialmente se não apresenta potencial de solução (SECCHI, 2014, p. 35).

O problema público envolve a coletividade e geralmente até ser solucionado passa por etapas que são decididas pelos gestores públicos que têm interesse em resolver a situação. “Se um problema é identificado por algum ator político que tem interesse na resolução de tal problema, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, que é a agenda” (SECCHI, 2012, p. 35).

A segunda fase é a formulação da agenda por algum ator político, que tenha interesse em resolver o problema. “É claro que em um processo não se pode desprezar nenhuma fase, mas a formação da agenda é considerada por muitos a fase mais importante” (LIMA, 2016, p. 26).

⁶ SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. *Revista Italiana di Scienza Política*, v. 14, n. 1, p. 41-85, 1984.

Na opinião de Rua (2009, p. 37), “a formação da agenda ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo”.

Segundo Secchi (2012, p. 36, grifo nosso), existem dois tipos de agenda, descritos por Cobb e Elder em 1983⁷:

Agenda política: conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública; **agenda formal:** também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar (SECCHI, 2012, p. 36, grifo nosso).

Outro tipo que existe é a agenda da mídia, que, para Secchi (2012), é constituída pelos problemas que recebem atenção especial de diversos meios de comunicação, e o poder que a mídia exerce sobre a opinião pública é tão forte que condiciona as agendas políticas e institucionais.

Os problemas que se destacam e ganham notoriedade pública, geralmente, são resolvidos prioritariamente. “As agendas listam prioridades de atuação, e como já dizia um ex-candidato à Presidência da República do Brasil: a maior dificuldade para o político não é estabelecer quais serão as prioridades e sim ordenar as prioridades” (SECCHI, 2012, p. 36).

Segundo Secchi (2012, p. 36), “Os problemas entram e saem das agendas e ganham notoriedade e relevância, e depois desinflam”. Outrossim, Secchi (2012) menciona a opinião de Subirats, em 1989⁸, quando destacou que “a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo e de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem entrem nas agendas”. Na sequência, Secchi (2012, p. 36, grifo nosso) enfatizou que existem condições para que um problema entre na agenda, conforme descrição de Cobb e Elder⁹ em 1983, que são:

Atenção: diferentes atores (cidadãos, grupos de interesse, mídia etc.) devem entender a situação como merecedora de intervenção; **resolubilidade:** as possíveis ações devem ser consideradas necessárias e factíveis; **competência:** o problema deve tocar responsabilidades públicas (SECCHI, 2012, p. 36, grifo nosso).

⁷ COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American politics:** the dynamics of agenda building. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

⁸ SUBIRATS, J. **Análises de políticas públicas y eficacia de la administración.** Madri: Inap, 1989

⁹ COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American politics:** the dynamics of agendabuilding. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

De acordo com Baptista e Rezende (2011, p. 143), “os problemas constituem o ponto de partida para a geração de uma política pública” e abordam o estudo de Kingdon, em 1984¹⁰, que enfatizou que “o processo de mudança da agenda se altera à medida que os cenários políticos se modificam e diferenciou três tipos de agenda no processo político, visando ressaltar os diferentes *status* dos problemas no âmbito de uma política de governo”.

A agenda sistêmica ou não-governamental – corresponde à lista de assuntos e problemas do país, colocados na sociedade, que por algum motivo não despertaram a atenção do governo e dos formuladores de política naquele momento e que ficaram aguardando oportunidade e disputando espaço para entrar na agenda governamental; **a agenda institucional ou governamental** – inclui os problemas que obtêm a atenção do governo, mas ainda não se apresentam na mesa de decisão; **a agenda decisória ou política** – corresponde à lista de problemas que estão sendo considerados e que serão trabalhados nos processos decisórios (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 144, grifo nosso).

Na leitura descrita por Baptista e Rezende (2011), Kingdon, em 1984, complementa que a entrada de novos problemas na agenda decisória é resultado de uma combinação de fluxos independentes que atravessam as estruturas de decisão, assim descritos:

Fluxo de problemas (problem stream) – remete às condições sociais e à forma como cada condição desperta a necessidade de ação. Problemas podem ser percebidos a partir de indicadores (por ex: taxas de mortalidade), de eventos, crises e símbolos (por ex: desastres, acontecimentos), ou no feedback de ações governamentais (por ex: no acompanhamento de atividades implementadas, retorno de metas e outros). Um problema, quando identificado por dados quantitativos, por crises, ou pelo retorno de ações governamentais, assume grande importância no debate de formulação de políticas, contribuindo para a construção de argumentos em favor de uma política que busque resolver tais questões. Ainda assim, a evidência dos problemas não é capaz de isoladamente influenciar a tomada de decisão, exigindo uma articulação com os demais fluxos. **Fluxo de alternativas e soluções** (policy stream) – são propostas rotineiramente elaboradas por especialistas, funcionários públicos, grupos de interesse, entre outros. Estes diferentes grupos mobilizam comunidades de políticas que se envolvem com determinados temas e aguardam o surgimento de oportunidades para propor soluções para os problemas. As alternativas e soluções estão disponíveis e quando surgem os problemas passam por um processo competitivo de seleção, para a efetiva consideração no processo decisório das políticas. **Fluxo político** (politics stream) – dimensão da política ‘propriamente dita’, na qual as coalizões são construídas a partir de barganhas e negociações. Neste fluxo, três elementos exercem influência sobre a agenda governamental: o ‘clima’ ou ‘humor’ nacional (por ex: um momento político favorável a mudanças dado o carisma de um governante ou a conjuntura política, econômica e social); as forças políticas organizadas (grupos de pressão); e mudanças no interior do próprio governo (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 145-146, grifo nosso).

¹⁰ KINGDON, J. *Agendas, alternatives and public choices*. Boston: Little Brown, 1984.

Para Kingdon (1984), “cada fluxo segue seu caminho independente, porém ao se convergirem cria-se “janelas de oportunidade” (*policy windows*), possibilitando a formação ou alteração de políticas públicas” (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 146). Kingdon sugere que as aberturas de janelas podem resultar de acontecimentos fortuitos, inclusive “eventos focalizadores” externos aparentemente desconexos, como crises [...]” (HOWLETT et al., 2013, p. 116).

O problema é discutido e entra na agenda pública podendo ser resolvido ou não na agenda institucional. “Somente no momento em que o governo aceitou que se precisa fazer algo a respeito de um problema é que se pode dizer que essa questão passou a integrar a agenda institucional” (HOWLETT et al., 2013, p. 113).

Quando um problema entra na agenda, a próxima fase é a formulação de alternativas. “Idealmente, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias e o estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução” (SECCHI, 2012, p. 36-37).

Para Rua (2009), “a formação das alternativas e tomada de decisão ocorre quando, após a inclusão de um problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução”. “Depois que um governo reconheceu a existência de um problema público e a necessidade de tomar um posicionamento a seu respeito, espera-se que os *policy-makers* decidam-se por um curso da ação” (HOWLETT et al., 2013, p. 123).

Rua (2009, p. 89) ressalta ainda que “a formulação das alternativas é um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é quando se evidenciam os vários *issues*¹¹ e é quando se colocam claramente as preferências dos atores e seus interesses”.

Secchi (2012, p. 37) menciona que, de acordo com Schattschneider (1960¹², p. 68), “a definição das alternativas é o instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder”. “A formulação de políticas inclui a identificação de restrições técnicas e políticas à ação do Estado e envolve o reconhecimento de limitações, o que revela o que é inviável ou viável” (HOWLETT et al., 2013, p. 125).

Após formuladas as alternativas, a próxima etapa é a de tomada de decisão que, para Secchi (2012, p. 40), representa “o momento em que os interesses dos atores são

¹¹ Issue é um item ou aspecto de uma decisão, que afeta os interesses de vários atores (Rua, 2009, p. 75)

¹² SCHATTSCHEIDER, E. E. **The semisovereign people: a realist's view of democracy in America.** Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas”. Na sequência, o teórico apresentou três formas de entender o processo de escolha de alternativas de soluções para os problemas públicos (SECCHI, 2012, p. 28):

1- Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções: toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então busca-se escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão; 2- Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas: o nascimento do problema, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções são eventos simultâneos e ocorrem em um processo de ‘comparações sucessivas limitadas’. (Lindblom, 1959¹³, *apud* SECCHI, p. 40); 3- Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas: um empreendedor de política pública já tem predileção por uma proposta de solução existente e então luta para inflar um problema na opinião pública e no meio político de maneira que sua proposta se transforme em política pública. (SECCHI, 2012, p. 28).

Na opinião de Rua (2009, p. 37), “a tomada de decisão não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada”. “Ela implica fazer escolhas de um número relativamente pequeno de opções políticas alternativas, identificadas no processo de formulação da política, com vistas a resolver um problema público” (HOWLETT *et al.*, 2013, p. 157).

Nesta etapa, pode-se chegar a uma solução sobre como resolver uma solicitação ou demanda. “É um dos vários momentos de decisão em todo o processo, no entanto, leva este nome por ser a fase que se **decide o que pretende fazer** para atender à demanda que deu origem ao processo” (LIMA, 2016, p. 31, grifo do autor).

Independente do resultado, a “decisão pública abrange o desenvolvimento e a expressão de uma declaração de intenção pelos tomadores de decisão oficiais no sentido de empreender algum curso de ação (ou de inação)” (HOWLETT *et al.*, 2013, p. 161).

Howlett *et al.* (2013, p. 161) destacam que na literatura especializada existem vários modelos de tomada de decisão, dentre eles: modelo racional, modelo incremental, modelo *mixed scanning*, modelo “cesta de lixo” e modelo da “decisão por acreção”, descritos:

1- **Modelo racional** desenvolvido para auxiliar a análise econômica e, em especial, a análise das escolhas do produtor e do consumidor, a teoria ‘racional’ da tomada da decisão postulava que, ao desenvolver e expressar

¹³ LINDBLOM, C.E. The science of “muddling thorough”. *Public Administration Review*, v. XIX, n. 2, p. 79-88, 1959.

preferência por um curso de ação em relação a outro, o tomador de decisão estaria na prática tentando perseguir uma estratégia que, em teoria, maximizaria os resultados esperados das escolhas que ele poderia fazer (EDWARDS, 1954); 2- **Modelo incremental** representou a tomada de decisão político-administrativa como um processo político caracterizado por barganha e concessões mútuas entre os tomadores de decisão autointeressados (Braybrooke e Lindblom, 1963, Dahl e Lindblom, 1953; Lindblom, 1959); 3- **Modelo *mixed scanning*** de Etzioni resultariam decisões ótimas a partir de uma rápida busca por alternativas, seguida por exame detalhado das alternativas promissoras; 4- **Modelo ‘cesta de lixo’** de tomada de decisão negava ao processo de tomada de decisão até mesmo a racionalidade limitada a que lhe atribui o incrementalismo. 5- **Modelo da ‘Decisão por acreção’** as noções da decisão por acreção não confiam em processos de barganha intraorganizacional ou conjuntos fluídos de participantes para explicar esse padrão (HOWLETT *et al.*, 2013, p.172, grifo nosso).

Definindo quais decisões serão tomadas, a próxima fase é a de implementação, momento em que a política pública ora criada começa a ser realizada. “É o momento de se colocar em prática a política formulada e quando novos desafios são colocados, com novos atores em ação” (LIMA, 2016, p. 31).

Da perspectiva de Rua (2009), a implementação pode ser entendida como um conjunto de decisões realizadas por indivíduos de natureza pública ou privada com objetivos definidos para uma política pública. “Em outras palavras, a implementação consiste em fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente” (RUA, 2009, p. 95).

Secchi (2012) destaca que é fundamental conhecer a fase de implementação, porque nesse momento é possível identificar falhas e obstáculos, por meio de instrumentos analíticos de diversas áreas das políticas públicas. “Estudar a fase de implementação também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados” (SECCHI, 2012, p. 45).

A implementação “sucede à tomada de decisão e precede à avaliação e nessa fase são produzidos os resultados concretos” (SOUZA, 2015, p. 30). Segundo Sabatier (1986¹⁴, p. 22 e 37, grifo nosso, tradução nossa), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas:

1. Modelo *top-down*: (de cima para baixo) As características essenciais de uma abordagem de cima para baixo são que ela começa por uma decisão política por funcionários governamentais; **2. Modelo *bottom-up*:** (de baixo para cima) concentra-se na implementação de estruturas

¹⁴ SABATIER, P. A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986.

locais e, por conseguinte é melhor para avaliar a dinâmica da avaliação local. É mais adequada em situações em que (1) não existe um ato legislativo dominante, mas sim um grande número de actores sem dependência de poder, ou quando (2) se está principalmente interessado na dinâmica de diferentes situações locais. (SABATIER, 1986, p. 22 e 37, grifo nosso, tradução nossa).

A fase de elaboração e de implementação de uma política pública depende da atuação do Estado, como da sociedade civil quando esta participa da comunidade e reivindica a solução de um problema coletivo. Contudo, existem estudos que defendem a atuação exclusiva do Estado, pois, para ser considerada pública, a política sucede ao setor estatal, por ser o único com personalidade jurídica.

Apesar de várias abordagens sobre políticas públicas, “o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção em responder a um problema público e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal” (SECCHI, 2012, p. 5). Para Howlett *et al.* (2013), quando um problema entra na agenda política e que são formuladas as alternativas de resolução e estabelecido os objetivos, cabe ao governo colocar a decisão em funcionamento.

Ainda, afirma Howlett *et al.* (2013, p. 179): quem são os atores envolvidos na implementação das políticas públicas:

São diversos órgãos burocráticos, em diferentes níveis de governo que estão geralmente envolvidos na implementação da política, cada qual com seus interesses, ambições e tradições particulares, que afetam o processo de implementação e dão forma a seus resultados, em processo de governo ou governança de múltiplos níveis. (HOWLETT *et al.*, 2013, p.179).

Decorrida a fase de implementação da política pública, inicia-se a fase de avaliação que é uma forma de saber se a política pública está dando certo ou não. Na opinião de Rua (2009, p. 38) a avaliação é:

Um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores e destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos (RUA, 2009, p. 38).

Segundo Anderson (1979¹⁵, p. 711, tradução nossa), a avaliação é o “processo de fazer julgamentos deliberados sobre o valor das propostas de ação pública, bem como sobre o sucesso ou o fracasso de projetos que foram colocados em vigor”. “Por essa

¹⁵ ANDERSON, C. W. The place of principles in policy analysis. *American Political Science Review*, v. 73, p. 711-723, set. 1979. Traduzido pelo site <https://translate.google.com/?hl=pt&sl=auto&tl=pt&op=translate>.

definição, tem-se a distinção entre avaliação *ex ante* (anterior à implementação) e avaliação *ex post* (posterior a implementação)” (SECCHI, 2012, p. 49). Outro tipo de avaliação é a de processos, “seu objetivo é detectar possíveis defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados importantes para sua reprogramação...”, esclarece Costa e Castanhar (2003¹⁶, p. 980).

Na perspectiva de Raiter e Dallabona (2015, p. 65), “A avaliação é o elemento essencial para uma política pública eficiente, eficaz e efetiva”. Os autores esclarecem que a avaliação não deve ser realizada somente no final de uma política pública e sim em todas as fases para que se alcancem os resultados almejados.

Para avaliar uma política pública é necessário a adoção de algumas medidas avaliativas. Para Secchi (2012, p. 50), “a avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (*performance standards*)”. Os critérios principais definidos por Secchi (2012, p. 50, grifo nosso) são:

Economicidade: refere-se ao nível de utilização de recursos (inputs); **Eficiência econômica:** trata da relação entre inputs (recursos utilizados) e outputs (produtividade); **Eficiência administrativa:** trata do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos; **Eficácia:** corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos. **Equidade:** trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre os destinatários de uma política pública. (SECCHI, 2012, p. 50, grifo nosso).

Subirats (1989¹⁷, p.143-144, grifo nosso, tradução nossa) classifica as avaliações usando como parâmetro as perspectivas jurídica ou legal, perspectiva gerencial ou perspectiva política, detalhadas:

a) **Perspectiva jurídica ou legal** –Baseia-se em critérios como a igualdade formal dos cidadãos no acesso ao programa, o respeito pelo princípio da legalidade, a pureza do procedimento administrativo seguido ou o respeito pelos direitos dos indivíduos ou grupos afetados ou relacionados com o programa.; b) **Perspectiva gerencial** –A resposta sobre quem serão os beneficiários de um programa pode variar, com base em critérios econômicos ou de representação, do ponto de vista jurídico, a questão fundamental será garantir a mesma protecção jurídica a todos os indivíduos ou grupos potencialmente interessados ou afectados; c) **Perspectiva política** –a questão chave será a capacidade de controlar o desenvolvimento e o equilíbrio final de um programa de ação dos poderes públicos. (SUBIRATS, 1989¹⁸, p. 143-144, grifo nosso, tradução nossa).

Para Secchi (2012), os critérios são estabelecidos por meio de indicadores, também conhecidos como artifícios *input*, *output* e *outcome*, que medem a entrada do

¹⁶ COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, v. 37, n. 5, p. 980, set./out. 2003.

¹⁷ SUBIRATS, J. *Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración*. Madri: Inap, 1989.

sistema, como também a produtividade de serviços ou produtos e os resultados. Os indicadores são assim definidos por Secchi (2012, p. 50, grifo nosso):

Os indicadores de input (entradas do sistema) são relacionados a gastos financeiros, recursos humanos empregados ou recursos materiais utilizados. **Indicadores de output** são relacionados à produtividade de serviços/produtos, como a quantidade de buracos tapados nas estradas, quantidade de lixo coletado, quilômetros de estradas construídas, número de pessoas atendidas em um posto de saúde etc. **Indicadores de resultado** são relacionados aos efeitos da política pública sobre os policytakers e à capacidade de resolução ou mitigação do problema para o qual havia sido elaborada. Os indicadores de input medem esforços, e os indicadores de output e resultados medem realizações (SECCHI, 2012, p. 50, grifo nosso).

Outra forma de analisar uma política pública é realizada por meio de padrões, que, segundo Secchi (2012, p. 51), “os padrões dão uma referência comparativa aos indicadores, tendo como principais tipos os padrões absolutos, os padrões históricos e os padrões normativos”:

a) **Padrões absolutos** – metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas anteriormente a implementação da política pública; b) **Padrões históricos** – valores ou descrições já atingidas no passado e utilizadas para comparação periódica. Geram informações sobre declínio ou melhora da política pública.; c) **Padrões normativos** – metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um benchmark ou real standard (SECCHI, 2012, p. 51, grifo nosso).

Souza (2015, p. 32) destaca que, “Com base na avaliação, os atores políticos podem tomar decisões a respeito do destino das políticas públicas optando por”:

(1) Manter a política pública como está quando as adversidades de implementação são consideradas pequenas; (2) Realizar uma reestruturação marginal dos aspectos práticos, quando as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública; (3) Extinção da política pública se dá quando o problema foi resolvido, quando os desafios de implementação são insuperáveis ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema (SOUZA, 2015, p. 32).

Após concluída a avaliação, é possível provocar mudanças e, com os dados levantados, a próxima etapa é saber se a política pública permanecerá em curso ou se será extinta.

Para Howlett *et al.* (2013, p. 213, grifo nosso), existem três possíveis *outcomes*¹⁹ que sucede o estágio de avaliação do ciclo político:

Em primeiro lugar, pode-se julgar que uma política é bem-sucedida e terá continuidade em sua forma atual; **Em segundo lugar** e de maneira mais usual, pode-se julgar que uma política deixa a desejar em alguns pontos e recomendam-se esforços no sentido de que haja mudanças; **Finalmente**, pode-se julgar que uma política é um insucesso (sucesso) total, levando em consideração que seja descontinuada ou não. (HOWLETT *et al.*, 2013, p. 213, **grifo nosso**).

Após utilizadas as medidas avaliativas que foram definidas por critérios, por indicadores e/ou por padrões, a próxima etapa a ser analisada será a de extinção.

A fase de extinção é a última etapa do ciclo de políticas públicas definidas por Secchi (2012). “Usando como metáfora o ciclo de vida dos organismos, o ciclo de política pública também tem um fim, no momento da morte ou extinção da política pública” (SECCHI, 2012, p. 53).

Para Raiter e Dallabona (2015, p. 66), “O ciclo das políticas públicas é parecido com a vida do ser humano, as políticas são idealizadas, tomam corpo, desenvolvem-se e são colocadas em prática, até chegarem ao seu fim, neste caso, sendo extintas”. Quanto a última fase do ciclo das políticas públicas, Secchi (2012, p. 53) menciona a Giuliani (2005) sobre as causas que contribuem para uma política ser extinta, que são:

1. O problema que originou a política é percebido como resolvido;
2. Os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes;
3. O problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas e formais. (SECCHI, 2012, p. 53).

Destaca Lima (2016, p. 33) que o momento oportuno para a permanência de uma política pública realizada pelo Estado é na elaboração anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária. “A extinção de qualquer política pública é dificultosa devido à relutância dos beneficiados, à inércia institucional, ao conservadorismo, aos obstáculos legais e aos altos custos de iniciação (start-up costs)”, segundo De Leon (1978²⁰ *apud* SECCHI, 2012, p. 53).

Diversos autores estudaram e definiram os ciclos e as tipologias das políticas públicas para servirem de norteadores ao processo. Após conceituação dos ciclos e melhor

¹⁹ São os impactos ou consequências da política pública para a sociedade. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2017/07/Estrutura-conceitual-de-indicadores-no-ambiente-da-Gesto-Baseada-em-Resultado-no-Servio-Pblico.pdf>

²⁰ DE LEON, P A theory of policy termination. In: MAI J. V.; MLDAVSKY, A. B. (org.). **The poli'cycle**. Beverly Hills: Sage Publications, 1978.

elucidação da política pública analisada nesta pesquisa, é necessário conhecermos as tipologias principais.

São várias tipologias que definem as políticas públicas. Estudos de Secchi (2012, p. 23-31) abordam as cinco mais conhecidas: a de Lowi, a de Wilson, a de Gormley, a de Gustafsson, a de Bozeman e Pandey.

Segundo Secchi (2012) na tipologia de Lowi de 1964²¹, a política pública baseia-se no critério de “impacto esperado na sociedade” e se classifica em quatro tipos:

Política regulatória: estabelece padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. Exemplos desse tipo de política são as regras para segurança alimentar, para operações do mercado financeiro, regras de tráfego aéreo, códigos de trânsito [...]. (p. 25); **Políticas distributivas:** geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuinte. Exemplos desse tipo de política são subsídios, gratuidade de taxas para certos usuários de serviços públicos, incentivos ou renúncias fiscais, etc. (p. 25); **Políticas redistributivas:** concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias’. Exemplos clássicos são as cotas raciais para universidades, políticas de benefícios sociais ao trabalhador e os programas de reforma agrária; **Políticas constitutivas:** São aquelas políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração das políticas públicas’. Exemplos são as regras do sistema político-eleitoral, a distribuição de competências entre poderes e esferas, regras das relações intergovernamentais [...]’ (SECCHI, p. 25-26, grifo nosso).

Secchi (2013, p. 23) aduz que “os estudos de Theodore Lowi (1964, 1972) contribuíram para a construção dos mais relevantes tipos de políticas públicas, com a máxima: “*Policy determine politics*”²². “Cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas” (SOUZA, 2008, p. 28).

Segundo Secchi (2012, p. 26, grifo nosso), na tipologia de Wilson²³, ele adotou o critério de distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade, corroborando com a tipologia de Lowi de um lado e de outro complementando-a, conforme a classificação a seguir:

As políticas de tipo clientelista são aquelas em que os benefícios são concentrados em certos grupos e os custos são difusos na coletividade. São as políticas distributivas da tipologia de Lowi; **As políticas de grupo de interesses** são aquelas em que tanto os custos como os benefícios estão concentrados sobre certas categorias. Referem-se às políticas redistributivas, na tipologia de Lowi; **As políticas empreendedoras** importam em benefícios coletivos, e os custos ficam concentrados sobre certas categorias. Esse tipo não foi previsto na tipologia de Lowi e talvez seja o maior diferencial da tipologia de Wilson; **As políticas majoritárias** são aquelas em que os custos e benefícios são

²¹ LOWI, Theodore J. *American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory..World Politics*, n. 16, p. 677-715. 1964.

²² As políticas públicas determinam a dinâmica política (SECCHI, 2013, p. 23).

²³ Wilson, J. Q. *American government: institutions and policies*. Lexington MA, DC: Heath & Co., 1983.

distribuídos pela coletividade. Exemplo: a instituição de serviços públicos de saúde, educação, segurança, defesa nacional, cultura, etc. (SECCHI, 2012, p. 26).

A próxima tipologia é a de Gormley, que na opinião de Secchi (2012, p. 28) “a base da distinção da tipologia de Gormley é o nível de saliência (capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral) e o nível de complexidade”.

Na opinião de Secchi (2012) a tipologia proposta por Gormley em 1986²⁴, entende que “um assunto é saliente quando ‘afeta um grande número de pessoas de modo significativo’ e é complexo quando ‘levanta questões fatuais que não podem ser respondidas por generalistas ou amadores”.

Na percepção de Secchi (2012, p. 28, grifo nosso) as políticas de Gormley (1986) foram descritas do seguinte modo:

Políticas de sala operatória: São tecnicamente muito densas e têm apelo popular. Exemplo: regulamentações sobre a qualidade do ar e da água; **Política de audiência:** São as políticas públicas de simples elaboração do ponto de vista estrutural, mas que tendem a atrair a atenção das pessoas e por consequência dos partidos e da mídia, por exemplo, regulamentação sobre o aborto; **Política de sala de reuniões:** No grupo existe uma baixa capacidade de atrair a atenção da coletividade, sendo necessário o conhecimento técnico para formatar os contornos da política pública; **Política de baixo escalão:** São chamadas assim devido a simplicidade de sua elaboração e por não atraírem grande atenção popular, por exemplo as regulações quanto a prestação de informações dos cidadãos e empresas para o Fisco (SECCHI, 2012, p. 28).

Na sequência, Secchi (2012) destaca a teoria de Gustafsson, em que o conhecimento e a intenção do Policymaker²⁵ são os critérios de distinção da tipologia de Gustafsson.

Gustafsson (1983) definiu as seguintes tipologias:

Políticas reais: São aquelas que incorporam a intenção de solucionar um problema público com o conhecimento para solucioná-lo. Tendem a ser as políticas públicas ideais. Os policy makers, na maioria das vezes, pedem que suas políticas façam parte dessa categoria; **Política simbólica:** São aquelas em que os policymakers mesmo tendo condições de elaborá-las, não demonstram interesse em colocá-las em prática. São voltadas para o ganho de capital político; **Pseudopolíticas:** São aquelas em que o policymakers tem interesse e gostaria de ver o funcionamento da sua política, mas não possui conhecimento para estruturá-la adequadamente; **Política sem sentido:** É aquela elaborada sem conhecimento específico sobre o problema ou sem alternativas de solução

²⁴ GORMLEY JR., W. T. Regulatory issue networks in a Federal system. *Polity*, v. 18, n. 4, p. 595-620, 1986.

²⁵ Palavra em inglês que designa os formuladores e gestores de políticas públicas, normalmente ligados ao Poder Executivo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/fernando-dantas/dissonancia-cognitiva/>. Acesso em: 28 jun. 2023

para o problema, além de vazias de intenções políticas genuínas. (SECCHI, 2013, p. 29-30)

Na visão de Secchi (2013, p. 30), “Gustafsson admite que, da mesma forma que na tipologia de Lowi, sua tipologia seja um ideal-tipo, bastante útil para análise, mas com limitações práticas”.

A última tipologia descrita por Secchi (2013) foi desenvolvida em 2004, por Bozeman e Pandey²⁶ que consiste na distinção das políticas públicas entre conteúdo técnico e conteúdo político . São classificadas em:

Políticas públicas de conteúdo essencialmente político: São aquelas que apresentam conflitos relevantes no estabelecimento de objetivos e no ordenamento de objetivos, e, de alguma forma, ganhadores e perdedores da política pública são identificáveis antes da implementação; **Políticas públicas de conteúdo técnico:** Apresentam poucos conflitos com relação aos objetivos e ao ordenamento dos objetivos, embora possam aparecer conflitos com relação aos métodos (SECCHI, 2013, p.31. grifo nosso).

Para Secchi (2013), uma das dificuldades em aplicar a tipologia de Bozeman e Pandey (2004) é que as políticas públicas podem ser alteradas em essência ao longo do ciclo de políticas públicas. Na sequência, o teórico explicou que uma política pode parecer eminentemente técnica na fase de estudos de alternativas, mas se revelar fortemente política no momento da tomada de decisão.

Mesmo com as tipologias das políticas públicas reconhecidas na literatura, outras estratégias podem ser criadas pelo analista de políticas públicas. “O desenvolvimento indutivo de tipologias se baseia na capacidade do pesquisador em estabelecer um critério diferente para a verificação de uma variável [...]” (SECCHI, 2013, p. 31).

Quanto às tipologias descritas e analisadas para esta pesquisa, a que se enquadra ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, especificamente ao RU, é a política redistributiva, segunda a classificação de Theodore Lowi (1964), pelo objetivo da política na redução das desigualdades sociais e quanto ao resultado esperado. A esse respeito, Sen (2010) afirma que priorizar o desenvolvimento humano, por meio da criação e expansão das oportunidades sociais, dentre elas, os serviços de saúde, educação, etc. contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida.

²⁶ BOZEMAN, B.; PANDEY, S. K. Public management decision making: effects of decision content. *Public Administration Review*, v. 64, n. 5, p. 5553-565, 2004

No âmbito da administração pública federal, o conceito de políticas públicas é entendido como o conjunto de programas ou ações governamentais necessárias, integradas e articuladas, para a provisão de bens ou serviços à sociedade (BRASIL, 2018).

Em meados do ano de 1930, surgiram, no Brasil, as primeiras atividades sistemáticas, no que tange à mobilização de conhecimento de base científica para servir de subsídio para a formulação de políticas públicas no Brasil, por meio da implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (VAITSMAN; RIBEIRO; LOBATO, 2013).

Segundo Leite Júnior (2009), esse período ficou conhecido como a “era Vargas”, compreendido entre os anos de 1930 a 1945 e de 1945 até o ano de 1954, em que Getúlio Vargas cumpriu a meta de organizar o aparelho do Estado de acordo com o modelo burocrático weberiano, a partir do qual os funcionários eram recrutados por meio de concurso público.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 2004) representa um marco legal que versa sobre a regulamentação de direitos e de políticas públicas no país. No que se refere às políticas educacionais, no artigo 214 da Constituição determina que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à: I. erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar; III. Melhoria da qualidade de ensino; IV. Formação para o trabalho; V. promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 2004, p. 123-124)

No Brasil, até o final dos anos de 1990, o campo das políticas públicas era apropriadamente descrito como de institucionalização bastante incipiente, marcado por uma fragmentação organizacional e temática e pela “prevalência de burocracias públicas na produção de análises sobre políticas” (MELO, 1999, p. 66).

Em 24 de novembro de 1995, surgiu a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, versando sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e determinando a competência do Ministério da Educação e do Desporto, juntamente com o Conselho Nacional de Educação (CNE), para exercerem as atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem (BRASIL, 1995).

Conforme o art. 7º, da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995 (BRASIL, 1995), no parágrafo primeiro, o CNE tem atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e compete ainda:

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete: a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino; c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades; d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto; e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal; f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino; g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. § 2º O Conselho Nacional de Educação reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e suas Câmaras, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. § 3º O Conselho Nacional de Educação será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares para mandato de dois anos, vedada a reeleição imediata. § 4º O Ministro de Estado da Educação e do Desporto presidirá as sessões a que comparecer (BRASIL, 1995, p. 1-2).

No final de 1996, dia 20 de dezembro, foi criada a Lei nº 9.394, que ficou conhecida como LDBEN, em que consta que a União tem a competência de elaborar o PNE, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 1996).

A partir do ano 2000, surgem outros atores com interesses individuais na relação entre sociedade e Estado, como as empresas e/ou as organizações privadas, detentoras de maior capital econômico. As políticas públicas passam a ser compreendidas como um conjunto de programas de ação governamental, visando a coordenar os meios à disposição do Estado e às atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2002).

Em meio à competição para alcançar o mercado de trabalho e visando a alcançar melhores condições de vida, muitos jovens têm buscado nas universidades federais uma forma de construir conhecimento com o ensino superior, oportunizando transformações em suas realidades pessoais e profissionais e ultrapassar os obstáculos encontrados durante sua formação básica.

Para prover os recursos necessários à transposição dos obstáculos enfrentados pelos alunos, foi criada a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que instituiu o primeiro PNE, com duração de dez anos, de 2001 a 2011, por meio de mobilização social dos estudantes e da sociedade civil organizada, como o Fórum

Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace)²⁷. No referido plano, foi determinada a criação de programas de Assistência Estudantil, como bolsa trabalho e outros, para amparar os estudantes carentes que comprovem bom desempenho acadêmico. A criação do referido plano, embora previsto desde a Constituição de 1988, somente foi instituído 13 (treze) anos depois.

Para Souza (2007, p. 14), “Um dos objetivos do Plano Nacional de Educação foi a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública, e a democratização da gestão de ensino público”.

O primeiro PNE esteve vigente até 2011 e, durante esse período, o art. 214 da Constituição Federal foi alterado pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que reforçou a necessidade de elaboração do novo Plano. No dia 25 de junho de 2014, foi criado o segundo PNE, com validade de 2014 a 2024, por meio da Lei nº 13.005 (BRASIL, 2023).

No Brasil, a Educação Superior, desde sua origem, apresenta o acesso quase restrito aos que tiveram oportunidade de uma educação básica de qualidade, conhecimento cultural e dedicação somente aos estudos, por terem melhores condições socioeconômicas. “A universidade tem seus primórdios que remontam a Idade Média, mas a institucionalização da educação superior no Brasil é recente e data de 1920” (MOREIRA *et al.*, 2018, p. 137).

Para Hourí (2016, p. 81), a Educação Superior no Brasil:

Tendo sido historicamente uma instituição formadora da elite nacional, deixando de fora um contingente enorme de jovens que não conseguiam adentrar essas instituições nas últimas décadas vemos, ao contrário do perfil tradicionalmente excludente, que a universidade vem sendo convocada a desempenhar o papel de instância fundamental na construção de uma sociedade socialmente mais justa, e o maior esforço tem sido no sentido de fazer com que essa instituição passe de um sistema de elite para um sistema de massa[...].

Nesse sentido, o país tem evoluído na democratização de acesso ao ensino superior com propostas e com políticas relevantes, dentre elas o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa Universidade para Todos-

²⁷ Criado em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Tem por objetivos: Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; Assessorar permanentemente a Andifes; Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.

(Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Pnaes, o Exame Nacional de Acesso ao Ensino Superior (Enem), dentre outros.

Sobre as políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais, destaca-se o Pnaes, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que executa ações nas áreas de moradia, de auxílios permanência, de alimentação, de transporte, de atenção à saúde e de participação em eventos, conforme já se destacou neste trabalho.

Segundo o último censo da Educação Superior 2021, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), a rede federal conta com 68 universidades e 41 institutos federais/Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Há, ainda, 9 faculdades, uma ligada ao Ministério da Educação-MEC (INES) e 8 vinculadas a outros órgãos (Escola Nacional de Ciências Estatística-ENCE), Instituto Tecnológica de Aeronáutica (ITA), Instituto Militar de Engenharia (IME), Instituto Superior de Ciências Políticas (ISCP), Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), Centro de Instrução e Aviação do Exército (CIAvEx), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog), Escola de Sargento das Armas (ESA), além de 1 Centro Universitário (AMAN).

Conforme mencionamos anteriormente, o Estado tem o papel principal no estabelecimento de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento social e econômico, que promovam a inclusão social e que reduzam as desigualdades sociais, a fim de propiciar melhores condições de sobrevivência para toda a população, principalmente aos mais vulneráveis. “ Só será possível viver num país justo, solidário e democrático com a realização de todos os direitos humanos a partir de políticas públicas fortalecidas, bem planejadas e adequadamente geridas" (LEÃO; RECINE, 2011).

Como afirma Sen (2010, p. 358), “A política pública tem o papel não só de procurar implementar as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa”. Quando se trata de eficácia da *policy-making*²⁸ e da implementação, ressalta Howlett *et al.* (2013, p. 67) que:

A situação mais desejável para o Estado é que tanto ele quanto a sociedade sejam fortes, com estreita parceria entre ambos, dessa forma maximizando e dando equilíbrio tanto à capacidade como à autonomia política do Estado. Peter Evans (1992) chama a esse arranjo institucional de “autonomia estranhada”. Por contraste, a eficácia político-administrativa é mínima, quando o Estado é fraco e a sociedade, fragmentada. No primeiro cenário, é possível

²⁸ *Policy making* é um processo, isto é conjunto de estágios inter-relacionados através dos quais os temas políticos e as deliberações fluam de uma forma mais ou menos sequencial desde os problemas até as políticas (HOWLETT *et al.*, 2013, p. 13).

que o Estado em parceria com grupos sociais divise políticas coesas e de longo alcance. No segundo, pode-se esperar que o Estado desenvolva apenas políticas de curto alcance e, em geral, ineficazes ou difíceis de implementar (HOWLETT *et al.*, 2013, p. 67).

Por isto, a participação ativa dos cidadãos na construção, na implementação e na avaliação das políticas públicas é imprescindível para a promoção das mudanças sociais e econômicas que desejam. “As pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas dada a oportunidade na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento” (SEN, 2010).

2.2 Políticas Públicas para a educação: o Plano Nacional de Assistência Estudantil

Na Universidade Federal do Norte do Tocantins, além das políticas públicas que promovem a democratização de acesso às Instituições de ensino superior, existem as políticas de assistência estudantil, no âmbito do PNAES, para incentivar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Em consonância com a pesquisa de Araújo (2018, p. 88), “a permanência estudantil ganha a arena política nos anos 2000 e passa a ser reconhecida pelo estado, no desenvolvimento da contrarreforma da educação superior dos governos Lula (2003-2010) e Dilma” (2011-2016). “Nesses períodos foram desenvolvidos projetos de educação articulado com as orientações das agências multilaterais do capital internacional para o desenvolvimento social dos países periféricos” (CASTELO, 2012).

O PNAES foi criado pela Portaria do MEC nº 39/2007 e, posteriormente, pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, para democratizar o acesso e a permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010a).

O artigo. 2º do referido decreto estabelece os seguintes objetivos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a).

A Universidade Federal do Norte do Tocantins após conhecer as demandas dos alunos e tentando cumprir os objetivos do decreto possui várias ações em funcionamento na assistência estudantil, contudo outras demandas estão surgindo e estão sendo

discutidas como as de apoio à parentalidade, dentre eles a concessão de licença maternidade, licença paternidade e licença adotante estudantil.

Segundo o artigo. 3º, §1º, do mesmo decreto, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e, X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010a).

O recurso do PNAES, na Universidade Federal do Norte do Tocantins, vem abrangendo as ações com alimentação por meio do RU, auxílio inclusão digital, moradia estudantil, auxílio saúde, projeto alunos conectados da Rede Nacional de Pesquisa em Educação, Programa auxílio alimentação e alimentação do campo onde não houver restaurante, auxílio apoio pedagógico, conforme consta no *site* da universidade, anos 2021 a 2023. Apesar das ações estarem estipuladas no decreto e algumas em funcionamento, muitas delas ainda não foram desenvolvidas em algum campus, ou estão atrasadas, como é o caso do auxílio creche que passou a funcionar no ano de 2023, mas a demanda das alunas é pela criação de creches em todos os *campi* da universidade, para dar apoio às mães que estudam e não tem condições de pagar por serviços terceirizados ou por creches particulares para cuidar das crianças.

O PNAES, além de servir como instrumento proposto para garantir e melhorar a qualidade da alimentação dos alunos, também fomenta a produção agrícola rural, por meio da aquisição de produtos da agricultura familiar local, possibilitando melhorias na renda desses agricultores.

Embora não haja previsão legal para o PNAES determinando essa utilização financeira, no último termo de referência da licitação realizada em 2022, para contratação de Empresa especializada no preparo das refeições, na Universidade Federal do Norte do Tocantins, consta-se que a empresa concessionária deveria comprovar por meio de notas fiscais ou documento fiscal equivalente que no mínimo 5% (cinco por cento) dos alimentos que compõem a base das refeições tenham procedência de agricultores familiares, cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme estabelece a Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, artigo 14 (BRASIL, 2009).

Para concorrer aos programas e aos auxílios de assistência estudantil, ofertados pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), é necessário que o estudante tenha a

análise socioeconômica deferida no sistema de Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO)²⁹, em que é feita a solicitação das inscrições nos programas de assistência estudantil (UFT, 2023).

A análise socioeconômica dos estudantes é realizada por meio do Programa de Indicadores Sociais (PISO), que tem por objetivo identificar o perfil socioeconômico do estudante e seu grupo familiar, a fim de caracterizá-lo como público-alvo dos programas de assistência estudantil.

Para solicitar a análise, o estudante deve ler o edital do PISO vigente e organizar toda a documentação referente ao estudante e ao grupo familiar, conforme dispõe o edital, antes de acessar o sistema *CUBO* (UFT, 2023). A análise no PISO identifica o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e classifica a situação de vulnerabilidade econômica de cada discente, considerando fatores como renda familiar, quantidade de dependentes, dentre outros. O resultado do IVS classifica a situação de vulnerabilidade econômica nos seguintes níveis (Quadro 1):

Quadro 1– Programa de Indicadores Sociais

Classe	Valor do IVS	Nível de Vulnerabilidade
I	Entre 0,0000 a 0,2500	Extrema
II	Entre 0,2501 a 0,5000	Alta
III	Entre 0,5001 a 0,7500	Moderada
IV	Entre 0,7501 a 1,0000	Baixa
V	Entre 1,0001 a 1,5000	Muito baixa
VI	Acima de 1,5001	Não Vulnerável

Fonte: UFNT (2023).

No Edital do Programa de Indicadores Sociais são disponibilizados os *links* de acesso com orientações para realização da análise socioeconômica. Após a análise ser deferida no CUBO, o estudante estará apto para participar dos processos seletivos dos Programas de Assistência Estudantil. O prazo de vigência da análise após deferimento, consta no edital do PISO e no CUBO, devendo o estudante estar atento ao encerramento do prazo de vigência (UFT, 2023).

²⁹ O CUBO é o sistema de cadastro unificado de bolsas e de auxílios. O acesso é realizado por meio do *site*: <https://sistemas.uft.edu.br/cubo/admin/login>

Importante salientar que na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) o sistema utilizado para inscrição é o mesmo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), devido ao fato de a nova universidade não possuir sistema próprio em decorrência do processo de transição.

As informações sobre cada tipo de bolsa auxílio consta no *site* da universidade, como também no resumo das notícias, publicada em 14 de fevereiro de 2023, dados transcritos para o quadro a seguir:

Quadro 2 – Programas da Política de Assistência Estudantil da UFNT

Programa	Objetivos	Como participar
Programa Auxílio Alimentação (PAA)	Ajuda de custo para atender as necessidades de alimentação básica dos estudantes, mediante fornecimento de refeições pelo restaurante universitário ou de auxílio financeiro no campus que não dispõem de RU, que variam de R\$300,00 a R\$400,00.	A oferta ocorre por meio de processo seletivo mediante publicação de edital, que é divulgado na página da Proest. A solicitação da carteirinha do Restaurante Universitário é feita no setor de assistência estudantil de cada campus.
Programa de Moradia Estudantil (PME)	Oferta de vagas em Casas do Estudante da UFT ou concessão do auxílio moradia no valor de R\$400,00.	Por meio dos editais de seleção divulgados na página da Proest. No caso da Casa do estudante, somente poderá ocorrer caso não haja vagas disponíveis na casa.
Programa Auxílio Apoio Pedagógico (PAAP)	Oferta de auxílio financeiro para possibilitar a permanência dos estudantes no curso de graduação. Bolsa no valor de R\$400,00	Por meio dos editais de seleção divulgados na página da Proest.
Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos (PAPE)	Auxílio financeiro aos estudantes para custear despesas referentes à participação em eventos de cunho técnico, científico,	Por meio dos editais de seleção divulgados na página da Proest.

	cultural ou político acadêmico. O valor da bolsa depende do local do evento.	
Programa Auxílio Saúde (Psaúde)	Auxílio financeiro para tratamento em saúde mental dos estudantes, mediante avaliação do profissional (psicólogo ou psiquiatra). Bolsa no valor de R\$400,00.	Por meio dos editais de seleção divulgados na página da Proest.
Programa de Inclusão Digital (PDigital)	Auxílio financeiro para a aquisição de equipamento computacional e/ou pacote de dados de internet. Bolsa no valor de R\$80,00 a R\$2.500,00	Por meio dos editais de seleção divulgados na página da Proest.
Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI)	Auxílio financeiro que busca oportunizar acessibilidade e permanência para que alunos de graduação com deficiência deem prosseguimento à sua formação acadêmica. Bolsa no valor de R\$400,00.	Por meio dos editais de seleção divulgados na página da Proest.

Fonte: UFT (2023).

O PNAES é uma política pública de assistência estudantil em funcionamento na Universidade Federal do Tocantins, desde 2016, sendo este criado para atender aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme destacamos anteriormente. O Programa Nacional de Assistência Estudantil funciona nas Universidades Públicas Federais, gerenciado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Na pesquisa de Pereira (2014), o autor reflete acerca do trinômio: acesso/permanência/sucesso. Para ele é necessário compreender que um depende do outro para efetivo resultado. As formas de acesso favorecem a entrada na universidade, mas as de permanência criam condições para que os discentes se desenvolvam num espaço saudável e alcancem sucesso, desenvolvam suas capacidades humanas e intelectuais.

Finatti *et al.* (2007, p. 248) afirmam que,

para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de

assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições (FINATTI et al., 2007, p. 248).

Na mesma direção, Vasconcelos (2010) também compreende que a assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e de trancamento de matrícula.

Torna-se evidente o papel da política de assistência estudantil no acesso ao direito a uma educação que tenha por objetivo minimizar as desigualdades sociais daqueles que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com Sen (2000, p. 168), “os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam”. Nesse contexto, o RU é classificado como uma unidade de alimentação e nutrição (UAN), e, por se localizar em ambiente acadêmico, sua demanda de clientes é fixa, sendo um importante fator de contribuição para que os objetivos finais do sistema sejam alcançados (OLIVEIRA, 2017).

Depreendemos, da citação anterior, a relevante contribuição das Instituições no processo de socialização e na criação de oportunidades sociais, dentre elas, o direito à alimentação saudável e nutricional. No entanto, o modo de funcionamento das políticas alimentares deve ser avaliado.

É perceptível o papel formador da educação no desenvolvimento dos indivíduos e na transformação da sociedade. Contudo, devido a desigualdades sociais estruturais, nem todos têm acesso às mesmas oportunidades ou conseguem expandir suas capacidades intelectuais em condições de igualdade.

Por meio de educação, de aprendizado e de especialização, as pessoas podem tornar-se muito mais produtivas ao longo do tempo, e isso contribui enormemente para o processo de expansão econômica (SEN, 2010, p. 372).

Segundo a LDBEN, no seu art. 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

O direito social à educação previsto na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) não é suficiente para garantir o acesso de todos os cidadãos de forma justa e em condições de

igualdade e, para se efetivar, depende de políticas públicas que propiciem a permanência no ensino, minimizando os efeitos das desigualdades socioeconômicas.

Desse modo, a assistência estudantil foi criada para juntamente com a Educação dar condições concretas num ambiente inclusivo, para que todos os alunos concluam o curso superior e se desenvolvam, principalmente aqueles que enfrentam dificuldades econômicas e sociais.

2.3 O papel dos restaurantes universitários nas IFES

A Constituição Federal prevê como um dos fundamentos do Estado Democrático de direito, a dignidade da pessoa humana e, para que a pessoa viva com dignidade, é necessária que tenha acesso a condições mínimas de sobrevivência e que, assim, consiga prosperar. As necessidades básicas alimentares e nutricionais, dentre outras, são indispensáveis e devem ser supridas adequadamente para que o desenvolvimento ocorra.

O reconhecimento normativo internacional da existência de um direito humano à alimentação adequada (DHAA) aparece já na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25, e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), em seu artigo 11 (BRASIL, 2008).

O termo “adequada” envolve diferentes aspectos, são eles: diversidade; qualidade sanitária; adequação nutricional; alimentos livres de contaminantes, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados; acesso a recursos financeiros ou a recursos naturais [...] (LEÃO; RECINE, 2011).

O direito à alimentação adequada é “um direito humano básico, sem o qual não podem ser discutidos ou concretizados outros direitos, uma vez que sua realização é imprescindível para o direito à vida” (VALENTE, 2001).

Com o crescimento populacional e a expansão das cidades, muitos cidadãos encontram-se em situação de vulnerabilidade social, o que pode ocasionar níveis preocupantes de insegurança alimentar, de pobreza, etc. Além disso, a falta de recursos financeiros para suprir suas necessidades básicas com alimentação, dentre outras, impede que o ser humano se desenvolva em suas liberdades e realize seus objetivos.

O Instituto de Pesquisas Econômica aplicada (IPEA, 2018, p. 15), ao analisar os aspectos para conceituar o índice de vulnerabilidade social (IVS), reconhece que:

O bem-estar das famílias depende da posse de algumas condições que podem ser denominadas ativos: além de um fluxo de renda, depende ainda de moradia

adequada, com abastecimento de água limpa e saneamento básico, acesso a serviços de saúde, escolas e transporte público de qualidade, entre outros (IPEA, 2018, p. 15).

Assim, a definição de vulnerabilidade social em que o IVS 2018 se ancorou diz respeito: “à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos, constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional” (IPEA, 2018, p.16).

De acordo com Kaztman (2000, p. 7):

A vulnerabilidade social é entendida como a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio de aproveitar as oportunidades que se encontram disponíveis nos diversos âmbitos socioeconômicos para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração. (KAZTMAN, 2000, p. 07)

No que se refere ao enfrentamento à vulnerabilidade social por partes dos RUs, dentro das universidades, é importante ressaltar que existem critérios na seleção dos estudantes para concessão de isenção ou de desconto nos valores das refeições, levando-se em consideração o perfil socioeconômico dos alunos deferido por meio do Programa de Indicadores Sociais (Piso) e do cadastro unificado de Bolsas e auxílios (Cubo), no site da universidade e outros aspectos da realidade de cada Instituição. Além disso, existem normas na produção dos alimentos contidas no manual de boas práticas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para garantir que esses ofereçam segurança alimentar e nutricional aos usuários.

Para Macedo e Kublikowski (2009, p. 692), “A vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidades é uma conjugação de fatores que pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição ao risco”.

Ao fazer uma análise sobre vulnerabilidade social, Farias e Moré (2011, p. 597) definem:

Aspectos como baixa escolarização, relações familiares violentas ou conflituosas, ausência ou insuficiência de recursos financeiros e serviços de saúde, além de poucas perspectivas profissionais e de futuro, constituem-se, portanto, enquanto fatores individuais, coletivos e contextuais que configuram o que se chama de vulnerabilidade social. (FARIAS; MORÉ, 2011, p. 597)

Na perspectiva dos autores, a vulnerabilidade social é reconhecida por outros fatores, não somente pela falta de recursos financeiros, como também pela ausência de acesso aos serviços básicos, de oportunidades de emprego e de demais aspectos relacionados à estrutura social.

No Brasil, somente em 2010, a alimentação foi incluída como um direito social, conforme consta do artigo 6º, da Constituição Federal do Brasil, por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro, com a seguinte transcrição: “São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2010, não paginado, grifo nosso).

As demandas dos alunos nas universidades públicas federais, por alimentação e por outras necessidades, contribuíram para a regulamentação da Assistência Estudantil, como Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). Uma das ações é realizada por meio dos RU que oferecem alimentação saudável e nutricional com um preço acessível.

Para Cardoso *et al.* (2018, p. 213), os RU são:

Infraestruturas de alimentação que possuem o desafio de gestão do planejamento, produção, distribuição e adequação dos cardápios e de capacidade de atendimento em resposta à crescente demanda que se estabeleceu a partir da expansão das universidades desde 2007, e que possuem desafios a serem superados em termos de gestão (CARDOSO *et al.*, 2018, p. 213).

Nos RU, são preparadas e servidas as refeições para os discentes, os servidores e a comunidade em geral. A gestão, a implementação, o acompanhamento e a avaliação do restaurante universitário são de responsabilidade das instituições federais de ensino superior, conforme disposto no Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Nas Universidades Federais, o restaurante universitário, por meio da assistência estudantil, busca promover o desenvolvimento e a inclusão social, principalmente aos alunos em situação de vulnerabilidade diversas. No entanto, o desenvolvimento deve ser avaliado, conforme os parâmetros de estudos atuais para verificar se estão atingindo os objetivos finais.

Pimenta (2014, p. 48) destaca que “há confusão histórica em atrelar o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, visivelmente comprometido com o sucesso de industrialização, medido pelo PIB *per capita*”. Segundo informações do Instituto de Pesquisas econômicas aplicadas (IPEA, 2009, não paginado, grifo nosso):

Até 1990, o grau de desenvolvimento dos países era definido com base apenas em parâmetros econômicos, como o crescimento e o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB). Mas esses indicadores eram insuficientes, porque excluíam qualquer avaliação sobre a qualidade de vida da população. Em 1990, o economista paquistanês Mahub Ul Haq criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um padrão de medida comparativa que engloba **três dimensões**: riqueza, **educação** e esperança média de vida. O modelo foi

incorporado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, a partir de 1993, passou a incluí-lo no seu relatório anual. O trabalho rendeu a Mahbub Ul Haq e a seu colaborador, o economista indiano Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia de 1998 (IPEA, 2009, não paginado, grifo nosso).

Conforme consta no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Não existe um conceito padrão de desenvolvimento, pois necessita de um olhar específico para as populações locais de cada região. Cada região tem suas características ambientais, sociais e econômicas diferenciadas e suas necessidades de desenvolvimento. “O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2010, p. 29).

Nas teorizações de Sen (2010), para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidade econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados opressivos.

O desenvolvimento não deveria visar somente ao crescimento econômico e, sim, em como melhorar a qualidade de vida das pessoas, eliminando qualquer ausência de condições básicas de sobrevivência, tais como: alimentação adequada de forma permanente, acesso à habitação, ao saneamento básico, à água potável, à educação e a outros direitos civis essenciais.

O Relatório publicado pelo PNUD 2021/2022 posiciona firmemente o desenvolvimento humano não apenas como um objetivo, mas como um meio para um caminho a seguir em tempos incertos, recordando que as pessoas em toda a sua complexidade, a sua diversidade, a sua criatividade são a verdadeira riqueza das nações.

Na perspectiva de Moreira Junior *et al.* (2015, p. 85), no contexto das Instituições Públicas de Ensino Superior, os RU representam, além da democratização do espaço universitário, uma necessidade para o melhor funcionamento dessas, inclusive, como responsáveis diretos, pela redução dos índices de evasão escolar.

O RU é uma das formas de se buscar incentivar a permanência dos discentes na universidade e de promover o desenvolvimento humano; ele existe na Universidade Federal do Norte do Tocantins, desde sua criação ocorrida após desmembramento da UFT, por meio da continuidade no funcionamento do RU, conforme histórico de notícias

do Ministério da Educação e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade transcritos nos parágrafos seguintes.

A UFT inaugurou no dia 19 de maio de 2014, o RU do campus de Palmas. Com mais de 1,1 mil metros quadrados, o restaurante foi aberto à comunidade no dia 16 de junho, com 276 lugares e podendo servir até 2,5 mil refeições por dia. O prédio foi construído com subsídios do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2014).

Durante os anos de 2019 e de 2020, houve o desmembramento de dois câmpus da UFT, quais sejam: o de Araguaína e o de Tocantinópolis, e a consequente criação de uma nova universidade no Estado, a UFNT, que abrangeu toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades (UFT, 2021). Na Lei de criação da UFNT, existe a previsão de mais dois *campi*, nas cidades de xambioá e de Guaraí.

Apesar de a UFNT ter sido criada em 2019, o RU já estava em funcionamento em Araguaína desde 2014 na Unidade Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ) e, em 2017, foi criada uma extensão do restaurante, na unidade do Centro de Ciências Integradas, somente para fornecer as refeições, pois a alimentação é toda produzida no Centro de Ciências Agrárias, na Unidade EMVZ por possuir uma infraestrutura adequada para tal finalidade alimentícia, conforme informações no *site* da universidade. A alimentação é transportada em um carro por meio do sistema de transporte de alimentos conhecido como *hot box*³⁰.

O Campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins (UFT) inaugurou dia 17 de julho de 2017, às 11h, na unidade Cimba, um anexo do Restaurante Universitário (R.U) que fora inaugurado em 2014, na Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (UFT, 2017).

Atualmente, o RU na UFNT, do Centro de Ciências Integradas (CCI), conta com espaço reduzido, o tamanho da área é de 88m² (metros quadrados), sendo composta por área de armazenamento de hot box; área de higienização de utensílios; refeitório; banheiros e recepção (caixa). O espaço físico reduzido tem ocasionado filas na porta de

³⁰ Hot box é um sistema de transporte de alimentos que mantém a comida na temperatura ideal, preservando sua qualidade, sabor e segurança. Utiliza tecnologia de isolamento térmico para garantir que os alimentos permaneçam quentes e frescos desde a cozinha até o destino final. Disponível em: <https://nutriblu.com.br/o-que-e-hot-box-e-como-sua-comida-chega-quente-e-segura/#:~:text=Hot%20box%20%C3%A9%20um%20sistema,cozinha%20at%C3%A9%20o%20destino%20final>.

entrada, inclusive consta no mural de avisos informações para que os alunos não demorem para sair após terminarem suas refeições. As fotos sobre o local onde funciona o restaurante, mural de aviso e sala de recepção dos alunos foram demonstradas nos resultados.

O estudante se desenvolve na universidade nas suas atividades acadêmicas não somente pela qualidade do ensino e pela participação na pesquisa e na extensão, mas também quando tem acesso a uma política de assistência estudantil eficiente. Assim, as políticas públicas que favorecem o acesso a estudantes oriundos de camadas populares à alimentação dentro das universidades públicas, como o RU, objetivam promover alimentação com segurança alimentar e nutricional, a permanência, o desenvolvimento e a inclusão social.

No Brasil, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, ou Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em seu artigo 3º, define Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem por objetivos, segundo a LOSAN no artigo 10 (BRASIL, 2006, p. 7):

Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. (BRASIL, 2006, p. 07).

Partindo de uma análise histórica, Burity *et al.* (2010) destacam que o conceito de segurança alimentar e nutricional, na Primeira Guerra Mundial, estava mais voltado para discutir a produção de alimentos na esfera nacional, evitando a volatilidade da economia internacional. Para Valente (2021, p. 132):

“A noção de segurança alimentar foi originalmente utilizada na Europa a partir da Primeira Guerra Mundial. Sua origem estava profundamente ligada ao conceito de segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis cercos, embargos ou boicotes de motivação política ou militar”. (VALENTE, 2021, p. 132).

Na perspectiva de Hoffmann (2008, p. 50), “pode-se dizer que um domicílio está em situação de segurança alimentar se todas as pessoas deste domicílio têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável”.

A segurança alimentar ocorre quando temos a disponibilidade de alimentos seguros de forma regular e satisfatória para termos uma vida com saúde. Esses alimentos devem nos garantir alimentação adequada e nutricional.

Segundo Kepple e Segall Corrêa (2011, p. 188), a segurança alimentar e nutricional:

Precisa ser discutida de forma interdisciplinar, por apresentar questões relacionadas ao acesso a alimentos com qualidade, às práticas alimentares saudáveis, sustentabilidade na produção, a cidadania e aos direitos humanos ligados ao bem-estar e à saúde da população. (KEPPLE e CORRÊA; 2011, p. 188).

Para Gundersen (2013, p. 40) “A insegurança alimentar é considerada um grave problema de saúde pública com implicações ao longo da vida e que fatores socioeconômicos e demográficos estão associados a essa insegurança alimentar”.

Pesquisa divulgada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022) informou que a pandemia agravou a fome no Brasil em comparação a 2020 e que aproximadamente são mais de 33 milhões de pessoas passando fome. Por conta dessa situação, o Brasil retornou ao mapa da fome, que é o sistema global de monitoramento da fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

A universidade é um espaço privilegiado para a promoção de ações de cidadania, para a construção de uma educação alimentar, pois, ao se alimentarem em espaços coletivos e educativos, os indivíduos trocam experiências e interagem, além disso, a alimentação servida nos RUs é um apoio ao estudante para que consigam chegar ao desenvolvimento individual, como também crescimento econômico para o país.

Damatta (1987, p. 23) salienta que:

A alimentação envolve diferentes aspectos que manifestam valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais. Assim, as pessoas, diferentemente dos demais seres vivos, não se alimentam de nutrientes, mas de alimentos e preparações escolhidas e combinadas de uma maneira particular, com cheiro, cor, temperatura, textura e sabor, se alimentam também de seus significados e dos aspectos simbólicos (DAMATTA, 1987, p.23).

Conforme Mota (2020, p. 34), “Diante de um ambiente acadêmico pautado por uma diversidade de estudantes de cor, etnia, nível socioeconômico divergentes, é importante atender cada discente de acordo com aquilo que lhes é necessário”.

Nessa direção, a instituição precisa estar atenta às diversas situações enfrentadas pelos estudantes nos espaços educacionais, pois a grande maioria enfrenta situações que os desestimulam, reduzindo o acesso ao aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento propiciadas pelo Estado ou pela sociedade. “Para gerar e implementar as políticas públicas de forma eficaz numa democracia capitalista, o Estado precisa ser bem organizado e contar com apoio de atores sociais proeminentes” (HOWLETT et al., 2013, p. 66).

A forma como a cidade está estruturada por meio de um Estado implementador de políticas públicas pode favorecer a aproximação das pessoas aos recursos ou às oportunidades sociais, como acontece nas ações ou nos programas de acesso ou de permanência na educação. Mas, depende da participação delas nos processos decisórios para que as melhorias aconteçam.

3. LÓCUS DA PESQUISA E METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Pesquisa

O estudo proposto é de abordagem quali-quantitativa e quanto aos objetivos está classificado como exploratório-descritivo, com o questionário e com a análise documental como instrumentos de coleta de dados. Segundo Gil (2002, p. 42), “uma pesquisa descritiva tem como um dos seus objetivos descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

De acordo com Prodanov (2013), a pesquisa exploratória procura familiarizar o pesquisador com o objeto de estudo, em que também são consideradas as pesquisas bibliográficas e estudos de caso. O trabalho corresponde, também, a uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, porque descreve uma realidade obtida a partir de dados sociodemográficos e acadêmicos obtidos junto ao Serviço Integrado Multiprofissional e Interdisciplinar de Assistência Estudantil, a Secretaria Acadêmica, à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que tem a função de gestora das políticas assistenciais e pela nutricionista do Campus.

3.2. Local

A base empírica para elaboração desta pesquisa foi a Universidade Federal do Norte do Tocantins, mais precisamente o seu RU localizado em Araguaína, no Centro de Ciências Agrárias (CCA), conhecido por Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ) e a extensão deste localizado no Centro de Ciências Integradas (CCI), denominada anteriormente por unidade CIMBA.

A sede da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) está localizada na cidade de Araguaína, ao norte do Estado do Tocantins, sendo que esta faz divisa com os Estados da Bahia, de Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso, do Pará e do Piauí. Outrossim, a cidade limita-se ao norte com os municípios de Santa Fé do Araguaia, de Muricilândia, de Carmolândia e de Aragominas; ao Sul com Pau D’arco, com Arapoema e com Nova Olinda; ao Leste com Wanderlândia e com Babaçulândia e ao Oeste, com o Estado do Pará (Figura 2).

Figura 2 – Localização do Município de Araguaína-TO



Fonte: Silva (2020).

Com relação à educação, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a cidade de Araguaína possui 99 escolas de ensino fundamental, com 24.951 matrículas e 23 estabelecimentos de ensino médio, com 7.569 matrículas. Quanto ao ensino superior, são mais de 10 estabelecimentos de ensino superior, sendo uma Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e um Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e as demais particulares, com 8.586 matrículas nos cursos de graduação presenciais, conforme o censo da Educação Superior (INEP, 2022).

Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Araguaína em 2010 foi de 0,752, e o do Estado do Tocantins resultou em 0,731. Com relação aos outros estados do País, o Tocantins ocupa a 13^o posição na lista de ranking (IBGE, 2023). Outrossim, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado resultou em 5,7.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNADC/2022), do IBGE, demonstrou um percentual maior de atraso escolar dos estudantes de 18 a 24 anos, nas regiões Norte e Nordeste, entre 13,10% e 14,40% respectivamente. Além disso, a pesquisa indicou que o percentual de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o

ensino médio foi de 53,20%, todavia, o percentual dos que terminaram o ensino superior foi de 19,20 %.

Dados como estes revelam, de uma certa forma, que, no Brasil, é um grande desafio ampliar os níveis de escolaridade da população e incentivar a permanência na Educação Superior, sobretudo para a região na qual desenvolvemos esta pesquisa, de acordo com os índices apontados (Tabela 2). Desse modo, a UFNT tem um relevante papel na melhoria dos indicadores educacionais, possibilitando mais desenvolvimento para a região por meio do ensino superior.

Tabela 2– Número de matrícula, ingressantes e concluintes no ensino superior presencial-2018-2022 na Região Norte

ANO	MATRÍCULAS	INGRESSANTES	CONCLUÍNTES
2018	469.762	138.145	71.964
2019	452.974	137.649	65.999
2020	366.582	116.818	53.921
2021	408.458	105.450	55.347
2022	402.901	indisponível	indisponível

Fonte: Inep (2018-2022).

O lócus da pesquisa é a cidade de Araguaína que é considerada a capital econômica do Tocantins, conforme Lei Estadual n ° 4.200, de 18 de julho de 2023, que consta no *site* do Diário Oficial do Estado. O município está em crescente desenvolvimento, com mais de 171 mil habitantes, segundo o IBGE, censo de 2022, tendo como PIB *per capita* (2020) de R\$25. 965, 12.

Araguaína é uma cidade média, tendo por base as ponderações que se seguem. São consideradas cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem (TRINDADE Junior, 2011).

De acordo com Correia (2015), a cidade de Araguaína tem uma localização geográfica promotora de desenvolvimento, uma vez que se encontra à margem da BR-153, com uma zona de influência econômica da cidade, pois se limita com os estados do Maranhão e do Pará. Assim, o fluxo de transporte estimulou o crescimento econômico de serviços, de indústrias e de comércios, mas também populacional, conforme pesquisa do

IBGE (1960 e 2010); os dados demográficos indicaram o crescimento populacional de 10.826 habitantes para 150.484. No censo de 2022 do IBGE, Araguaína apresentou o número de habitantes estimados em 171.301 pessoas.

O referido crescimento impulsionou a criação de uma universidade Pública Federal, que atendesse à região norte do Tocantins, de acordo com os referidos autores. A Universidade Federal do Norte do Tocantins vem favorecendo o crescimento populacional e econômico da comunidade local, cidades vizinhas e demais regiões do País, contribuindo na formação educacional dos cidadãos, por meio da oferta de cursos de graduação, de especialização, de mestrados e de doutorados.

Os RU da UFT, que funcionam no Câmpus de Palmas desde junho de 2014, no Câmpus de Gurupi, desde maio de 2016 e, em Araguaína, desde setembro de 2016, fazem parte da política de assistência estudantil da instituição, são custeados com recursos do PNAES e têm como finalidade fornecer uma alimentação saudável e de baixo custo aos usuários da comunidade universitária, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social (UFT, 2023). A figura 3, a seguir, demonstra a localização do RU no CCI e no CCA.

Figura 3 – Localização do Restaurante Universitário no Centro de Ciências Agrárias e sua extensão no Centro de Ciências Integradas, em Araguaia-Tocantins.



Fonte: Lima (2020); Google Maps (2024).

3.3. Aspectos éticos

A pesquisa seguiu as diretrizes e as normas que regulamentam as pesquisas em seres humanos, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. A execução ocorreu somente após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com seres humanos da Universidade Federal do Tocantins, conforme o parecer nº 5.964.205, de 26 de março de 2023 (ANEXO A).

3.4. Coleta de dados

A pesquisa organizou os dados secundários para a determinação do perfil dos alunos e a sua distribuição espacial e temporal de 2019 a 2023, relacionado aos dados sociodemográficos. Na abordagem quantitativa, foi possível verificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos usuários do restaurante. Já na qualitativa verificou-se a percepção dos alunos quanto aos aspectos de qualidade da alimentação, infraestrutura do restaurante, dentre outros, terá um recorte transversal, referentes ao ano 2023, com perguntas contidas no questionário em apêndice (B), dos usuários do RU. Seguindo na perspectiva quantitativa, constatamos o número total de usuários, detalhando os que usufruem de um subsídio no valor das refeições para verificar estatisticamente relações entre variáveis.

Os dados sociodemográficos nesta pesquisa são informações sobre características pessoais, como idade, gênero, estado civil, local onde mora, renda familiar e os acadêmicos são informações sobre o vínculo acadêmico, qual curso, período das aulas, meio de deslocamento, se trabalha, frequência das refeições no restaurante, dentre outras variáveis, desempenho acadêmico por meio do coeficiente de rendimento.

É comum autores, como Prodanov (2013) e Minayo (2016), não diferenciarem abordagem quantitativa da qualitativa, pois consideram que a pesquisa quantitativa é também qualitativa. “Entendemos, então, que a maneira pela qual pretendemos analisar o problema ou o fenômeno e o enfoque adotado é o que determina uma metodologia quantitativa ou qualitativa” (PRODANOV, 2013, p. 70-71). Segundo Minayo (2016), há uma relação fértil e frutuosa entre as duas abordagens e devem ser vistas em oposição complementar. O enfoque da pesquisa foi reunir as análises obtidas por meio dos métodos qualitativos com as quantitativas, para tecer e compreender todos os fatores e os

elementos envolvidos no aproveitamento da política pública no âmbito do recorte institucional que temos na universidade.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000, p. 21-22). Durante a análise qualitativa, buscamos compreender o significado e a importância do RU na vida acadêmica.

Quanto ao questionário, trata-se de “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” e sua elaboração “consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos” (GIL, 2002, p. 115-116). O questionário foi semiestruturado, construído com perguntas abertas e/ou fechadas.

O questionário foi elaborado seguindo os roteiros propostos por Costa (2020) e Santos (2016). Perguntas extraídas sobre os dados acadêmicos, sociodemográficos e sobre a satisfação referente ao alimento, ao ambiente e ao atendimento. Os dados coletados por meio do questionário foram organizados em tabelas e em gráficos, para melhor identificação das variáveis, como gênero, idade, origem, curso vinculado, informações socioeconômicas, meio de deslocamento para universidade, cidade onde reside, motivo pelo qual utiliza o RU, frequência de uso, direito à isenção, exerce atividade remunerada, período das aulas, percepção quanto aos ambientes interno e externo do restaurante.

Esses dados permitiram compreender melhor as ações envolvidas no funcionamento da Assistência Estudantil como política pública no espaço em questão. As variáveis foram analisadas para verificar se existem ou não associações entre elas, com a finalidade de problematizar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos, usuários do restaurante, na Universidade Federal do Norte do Tocantins em Araguaína.

O perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos também foi analisado de forma descritiva para identificar a origem dos alunos que frequentaram o RU entre 2019-2023 e permitir sua espacialização quanto à origem domiciliar. Os dados anteriormente mencionados demonstram a realidade local e a verdadeira importância do RU como política pública de assistência estudantil para os alunos de graduação na UFNT, campus de Araguaína.

O questionário, segundo Gerhardt e Silveira (2009), tem por objetivo levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e a linguagem deve ser simples e direta para responder com clareza o que foi perguntado.

É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69).

Os dados foram coletados por meio da aplicação do questionário semiestruturado com os estudantes (apêndice B) e do termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice A), com a finalidade de conhecer o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos, a opinião dos discentes sobre o funcionamento, além de aferir as condições socioeconômicas e dados complementares.

Quanto ao recorte para a aplicação do questionário, a população em estudo englobou 302 indivíduos, composto por estudantes usuários do RU, 203 do RU do Centro de Ciências Agrárias e 99 do Centro de Ciências Integradas, escolhidos de forma aleatória e convidados a participar voluntariamente formalizando por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), durante o período de agosto de 2023, por duas semanas, pela manhã, nos horários de 10h30 as 13h30 e à noite a partir das 17h30, em turnos e dias alternados, de almoço e/ou jantar, de 24 a 25 de agosto de 2023 e de 28 a 31 de agosto.

3.5. Análise estatística

Esta população amostral foi definida com 95% de confiabilidade e 5% de erro, a partir do *site* <http://estatistica.bauru.usp.br>, atingindo 51,35 % da população usuária diária de ambas as unidades, isto é, do total de 570, sendo 370 alunos no CCA e 200 no CCI, tendo como parâmetro os dados informados pela nutricionista do Campus de Araguaína, que fiscaliza o contrato da Empresa que fornece a alimentação para o restaurante.

Para melhor compreensão, segue a tabela 3, que demonstra a quantidade de alunos que diariamente fazem suas refeições no CCA e CCI e a quantidade de alunos que participaram da presente pesquisa em cada Centro de Ciências.

Tabela 3 – Quantitativo de alunos que almoçam no RU do CCA e CCI e quantidade da amostra oriunda da coleta de dados primários.

Centro	População total	Amostra
CCA	370	203
CCI	200	99

Fonte: Autora (2023)

Após cadastrar e padronizar os dados em uma planilha do *software Excel*³¹, os dados foram avaliados estatisticamente por meio do *software Statistical Package for the Social Sciences® (SPSS)*, que é um programa para fazer análises estatísticas em pesquisas científicas com base na coleta de dados. Conforme Fachin (2017), a vantagem do questionário é que ele é visto como um instrumento de coleta de informações acessível e o pesquisado tem mais tempo para responder às perguntas.

O questionário foi usado como um instrumento de coleta de dados primários. Segundo Buzin e Parreira (2020), os dados necessitam posteriormente de um tratamento estatístico com o objetivo de serem identificadas considerações a respeito da população avaliada.

O programa *SPSS* foi escolhido para a presente pesquisa devido à quantidade de variáveis que foram analisadas na aplicação do questionário, objetivando caracterizar a população pesquisada de forma significativa.

Uma análise confiável, segundo Cellard (2008, p. 305),

tenta cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser. Além dessa necessária abertura de espírito diante dos dados potenciais também é preciso contar com a capacidade do pesquisador em explorar diferentes pistas teóricas, em se questionar, em apresentar explicações originais, etc. (CELLARD, 2008, p. 305)

Ludke e André (1986, p. 39) afirmam que “a análise documental constitui uma técnica relevante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A análise documental teve como fonte de consulta, os dados coletados junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), que tem a função de gestora das políticas

³¹ Excel- É um editor de planilhas produzido pela Microsoft para computadores que utilizam o sistema operacional Microsoft Windows. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Microsoft_Excel

assistenciais e pela nutricionista do Campus, além da Pró-Reitoria de Finanças e execução Orçamentária (PROAF) e Coordenação Acadêmica (CORDAC), com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos contemplados com as políticas estudantis no âmbito da UFT, particularmente no que se refere ao RU.

Os documentos que fizeram parte do *corpus* de análise foram: 1) Lei Orçamentária Anual (Loas) e os aportes de recursos do PNAES para a Assistência Estudantil ; 2) Fontes documentais disponibilizadas pelo Ministério da Educação; 3) Plano de desenvolvimento Institucional (PDI); 4) Relatórios de Gestão da Universidade Federal do Tocantins; 5) Políticas institucionais de aplicação de tais recursos; 6) eventuais iniciativas suplementares (como a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis(PROEST) para atuar no processo de implementação e constituição de projetos e programas dessas políticas; Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dentre outros documentos adquiridos junto à Gestão da Instituição.

Os dados obtidos no *corpus* de análise citados foram filtrados no programa *Excel* e extraídos as principais informações sobre os cursos e explanadas na forma de tabela.

A análise dos dados primários oriundos da aplicação do questionário foi construída por meio da estatística descritiva (gráficos, frequências, médias, medianas, desvio padrão, etc), sendo os dados quantitativos analisados e demonstrados por meio do programa *SPSS*³² (Statistical Package for the Social Sciences). Quanto aos dados qualitativos oriundos de questões abertas, foram demonstrados por análise descritiva e das questões fechadas por meio do SPSS.

Os dados secundários que foram levantados pela análise documental a partir de textos produzidos pela Gestão administrativa da universidade foram organizados e alguns espacializados em representações ilustrativas e analisados por estatística descritiva, para melhor compreender o funcionamento da política pública.

Dois grandes fases foram consideradas quanto à técnica metodológica: a) levantamento documental (dados secundários), b) levantamento de campo (dados primários), para compreender o perfil dos alunos usuários do RU/Araguaína na UFT/UFNT no contexto regional e educacional no qual estão inseridos.

Na primeira fase, foram levantados dados nos setores administrativos da universidade, citados anteriormente, para a construção do estado da arte da gestão do RU.

³² O IBM® SPSS® Statistics é uma poderosa plataforma de software estatístico. <https://www.ibm.com/br-pt/products/spss-statistics>

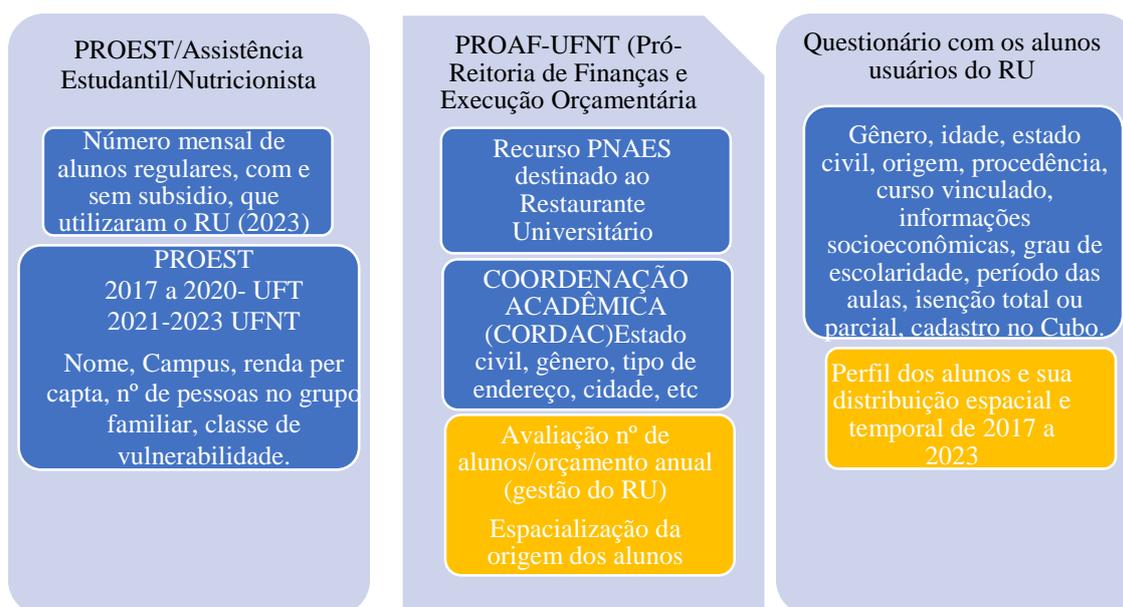
Já a segunda fase foi construída a partir de investigações relacionadas aos fatores de origem, moradia, deslocamento até a UF, o grau de necessidade de utilizar o RU e a participação em programas de assistência estudantil, entre os usuários alunos do RU.

Os dados documentais são complementos importantes para destacar o histórico destas políticas públicas e sua implantação ao longo da criação da UFT/UFNT, identificando os setores e os recursos para compreender melhor a gestão do RU, pautando a função social universitária de estímulo à permanência dos alunos no âmbito universitário, de forma democrática, tentando romper as questões sociais e econômicas para dar oportunidade a todos seus estudantes no usufruto do ensino superior em sua plenitude.

A articulação destes dados primários e secundários foi necessária para identificar a situação atual e a projeção destas políticas de permanência estudantil, por meio da análise do RU, que pode ir além da compreensão do funcionamento para a modificação das políticas públicas estudantis relacionadas a esta temática, ou sinalizar a necessidade da criação de novos modelos nos moldes de uma cidade média, como Araguaína, com uma única universidade Federal que tem demanda Regional, merecendo atenção desde a perspectiva do desenvolvimento regional.

Tivemos, inicialmente, a seguinte estrutura, conforme figura 4:

Figura 4 – Restaurante Universitário/Todos os Cursos/Unidades - CCI e CCA



Fonte: Autora (2023).

Nesta pesquisa, ocorreu a revisão de literatura, mediante o levantamento feito nas bases do portal de periódicos da CAPES, Repositório digital da UFPE e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dentre outros. O levantamento e a escolha dos trabalhos, em uma primeira etapa, foram realizados por meio da busca das palavras-chave “PNAES”, “Assistência Estudantil”, “Permanência”, “Restaurante Universitário”, “Mapeamento” no título dos artigos. Posteriormente, as mesmas palavras foram buscadas em qualquer parte do texto e foram encontrados alguns resultados e mobilizados 3, conforme demonstrado no quadro a seguir, com título, ano da defesa, autores, Instituição de Ensino, e outros detalhes.

Quadro 3 – Levantamento de teses e ou de dissertações

Título	Descrição do estudo/fragmentos do resumo
<p>Título: Política de Assistência Estudantil na universidade federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio restaurante universitário no campus I</p> <p>Tipo: Dissertação</p> <p>Autor (a): Hélio Pereira da Mota Silveira</p> <p>Orientador (a): Edineide Jezini Mesquita Araujo</p> <p>Instituição: <i>Universidade Federal da Paraíba</i></p> <p>Ano:2017</p> <p>Fonte: CAPES</p>	<p>Este estudo teve como objetivo analisar os processos de seleção do auxílio estudantil Restaurante Universitário (RU) no campus I, no sentido de compreender se os critérios estabelecidos nos editais da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), além dos critérios previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foram determinantes nos resultados finais.</p>
<p>Título: A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior: uma análise das universidades federais brasileiras</p> <p>Tipo: Dissertação</p> <p>Autor (a): Bruna Roniza Mussio</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo Almeida Júnior</p> <p>Instituição: Universidade Federal da Fronteira do Sul- Chapecó</p> <p>Ano:2015</p> <p>Fonte: BDTD</p>	<p>Considerando que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que é o único que aborda a alimentação para a educação superior, é relativamente recente, bem como que não se encontraram estudos sobre a alimentação para este nível de ensino, realizou-se esta pesquisa de mestrado cujo objetivo geral é analisar as ações relacionadas à alimentação desenvolvidas nas Universidades Federais do País. Percebe-se que contrariamente as ações menos prevalentes que tendem a seguir o que o decreto orienta quanto ao público a ser atendido com recurso do PNAES, alguns RUs destinam este recurso ao atendimento do público em geral, fato que deve ser reavaliado pelas IFES. Destaca-se que, apesar do potencial pedagógico que há no desenvolvimento das ações de alimentação, seu caráter assistencialista ainda prevalece na percepção das instituições.</p>

<p>Título: O impacto da assistência estudantil na permanência dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE)</p> <p>Tipo: Dissertação</p> <p>Autor (a): Aline Kátia Ferreira Galindo</p> <p>Orientador (a): Prof. Dr. Marcelo Medeiros</p> <p>Instituição: Universidade Federal de Pernambuco</p> <p>Ano:2018</p> <p>Fonte: BDTD</p>	<p>O principal objetivo desta pesquisa é examinar o impacto do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) na permanência/evasão dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE)”. Concluímos que a implantação da Política de Assistência Estudantil vem atingindo, entre outros objetivos, a redução nos índices de evasão dos estudantes beneficiários da mesma no Campus Acadêmico do Agreste.</p>
--	--

Fonte: Organizado pela autora (2024).

Até o momento, não encontramos pesquisas em teses ou em dissertações que tivessem como objetivo mapear os critérios estabelecidos pelos setores que gerenciam a Assistência Estudantil em Instituições Federais de Ensino no país ou na Universidade Federal do Tocantins, no que se refere ao perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos, dos usuários do RU, em um campus específico. Com isso, podemos concluir ser esta uma pesquisa com um recorte novo para a presente temática.

A análise dos resultados foi realizada por meio de estatística descritiva e análise de associação entre os parâmetros observados, para que, desta forma, possamos construir discussões que atendam aos objetivos definidos neste trabalho: foram levantados e analisados os dados secundários obtidos junto a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), Pró-Reitoria de finanças e execução orçamentária (PROAF) e demais setores que participam da Gestão ou do funcionamento do RU, conforme mencionado na metodologia e com os dados do questionário e da observação.

4. DOS RESULTADOS SOBRE A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para a presente pesquisa, participaram 302 alunos usuários do RU de Araguaína, sendo 203 do Centro de Ciências Agrárias (CCA) e 99 do Centro de Ciências Integradas (CCI).

A UFNT possui um RU no CCA e uma extensão no CCI, que são geridos por meio de empresa terceirizada. A comida é preparada na unidade EMVZ e transportada para a outra unidade. Toda semana é disponibilizado o cardápio semanal, acessível pelo aplicativo ou pelo site da universidade.

Percebe-se o deslocamento da população para as cidades onde tem universidades públicas gratuitas, na busca de conhecimento, de oportunidades de emprego, aumentando assim a economia local seja no período de estudos ou após formação. Um dos resultados da presente pesquisa, demonstrou a origem geográfica dos alunos, moradores de cidades vizinhas ou estados limítrofes que diariamente se deslocam para a universidade.

No primeiro semestre de 2023, o restaurante ficou fechado desde 06/03/2023 até 24/04/2023, devido ao encerramento do contrato da Empresa fornecedora RK refeições. A partir de 25 de abril de 2023, o restaurante reabriu, e a Polenta (Empresa de Alimentação S.A) iniciou suas atividades no fornecimento das refeições. Importante mencionar a inclusão de café da manhã, na refeição diária dos estudantes (Figura 5).

Figura 5 – Inauguração nova Empresa- Polenta Empresa de Alimentação S.A



Fonte: Autora (2023).

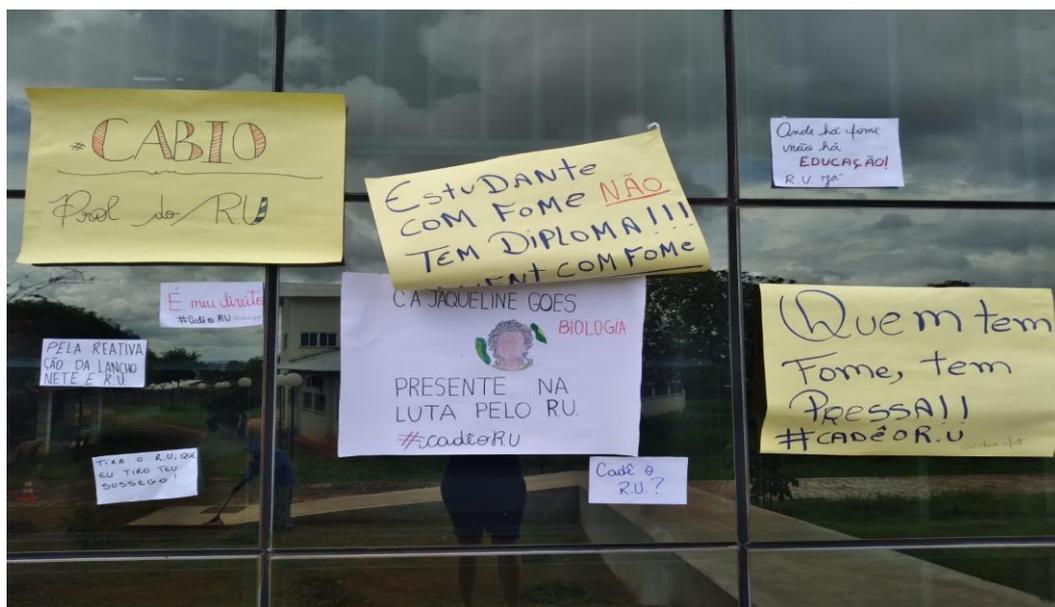
Durante o período em que o restaurante estava fechado, os discentes fizeram manifestação na universidade com cartazes, no âmbito do prédio da Reitoria, reivindicando a abertura do restaurante. Consideremos, a seguir, os registros fotográficos que expressam cartazes de manifestação afixados na porta de entrada da sede provisória da Reitoria:

Figura 6 – Prédio da Reitoria-UFNT



Fonte: Autora (2023).

Figura 7 – Reivindicação dos estudantes (2023)



Fonte: Autora (2023).

Na perspectiva de Sen (2000, p.52), a expansão da liberdade humana é o principal meio e fim do desenvolvimento. Por isso, as pessoas têm que ter acesso às oportunidades sociais, como a educação, a saúde, dentre outras, sem nenhuma privação das necessidades básicas individuais, principalmente nas alimentares. Na sequência, o teórico propõe que as liberdades instrumentais contribuem para que as pessoas alcancem a vida que almejam e define como principais: Liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (2000, p.55).

4.1 Histórico de implantação do restaurante universitário da UFNT e a origem geográfica dos alunos usuários do restaurante universitário de 2019 a 2023, no CCA e CCI.

Conforme explanado na presente pesquisa, a implantação do restaurante universitário da UFNT ocorreu com o desmembramento da UFT e a criação da nova universidade, pois o restaurante já funcionava desde 2014, no Centro de Ciências Agrárias e, a partir de 2017, a extensão começou a funcionar no Centro de Ciências Integradas.

No que se refere à origem geográfica dos alunos nos dois centros, no ano de 2019, após análise dos dados secundários, obtidos junto à Coordenação Acadêmica do Campus, constatou-se que 45,3% (n=355) provêm de Araguaína e 24,7% (n=193) de outras cidades do Tocantins, como Ananás, Colinas, Filadélfia, Goiatins, Tocantinópolis, Wanderlândia, Xambioá, dentre outras. No entanto, 26,8% (n=210) vieram de outros estados do Brasil, Como Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, São Paulo, dentre outros. Tais dados revelam o deslocamento de parte desses alunos para as cidades onde tem universidades públicas gratuitas, na busca de conhecimento e de oportunidades de emprego, aumentando, assim, a economia local e nacional, seja no período de estudos ou após formação.

Observou-se ainda, com base nos dados secundários (2019), que a maioria dos alunos matriculados, representando um percentual de 62,7% (n=491) declararam-se pardos e 18% (141) pretos, 15,1% (n=118) brancos e 2,8% (n=22) indígenas (Tabela 4).

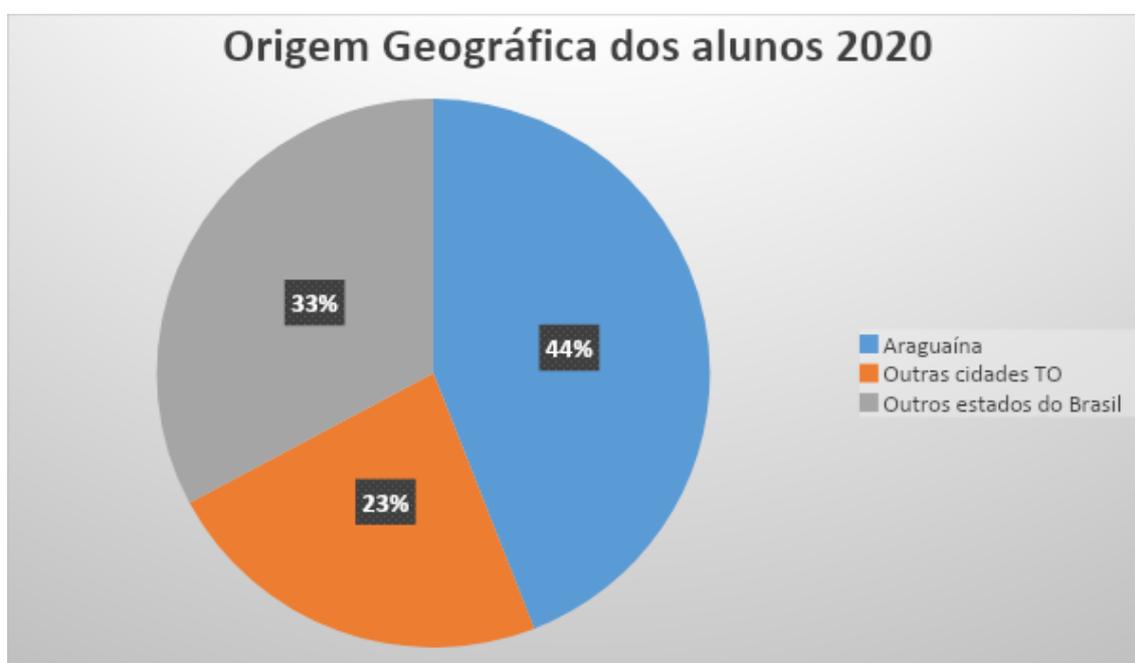
Tabela 4 – Etnia dos alunos de Araguaína 2019

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	acumulativa
Amarela	8	1,0%	1,0%	1,0%
Branca	118	15,1%	15,1%	16,1%
Indígena	22	2,8%	2,8%	18,9%
Não declarada	3	0,4%	0,4%	19,3%
Parda	491	62,7%	62,7%	82,0%
Preta	141	18,0%	18,0%	100,0%
Total	783	100,0%	100,0%	

Fonte: Secretaria Acadêmica (2022).

Quanto à origem geográfica dos alunos no campus de Araguaína, no ano de 2020, após análise dos dados secundários, obtidos junto à Coordenação Acadêmica do Campus, constatou-se que 42,2% (n=326) provêm de Araguaína e 23,7% (n=171) de outras cidades do Tocantins. Outrossim, 32,9% (n=243) vieram de outros estados ou de outras cidades do Brasil, o que demonstra o relevante papel desta Universidade no desenvolvimento humano nacional (Figura 8).

Figura 8 – Origem Geográfica dos alunos 2020



Fonte: Secretaria Acadêmica- CCI (2023).

Ainda sobre a origem geográfica dos alunos, no ano de 2021, seguindo com a análise dos dados secundários, obtidos junto à Coordenação Acadêmica do Campus,

constatou-se que 40,96% (n=265) provêm de Araguaína e 26,59% (n=172) de outras cidades do Tocantins. Outrossim, 32,46% (n=210) vieram de outros estados ou cidades do Brasil.

Observou-se ainda, por meio dos dados secundários, que, em 2021, a maioria dos alunos matriculados, representando um percentual de 55,5% (n=359), declararam-se pardos e 19,6% (127) pretos, 20,7% (n=134) brancos, 2,8% (n=18) amarela e 1,2% (n=8) indígenas (tabela 5).

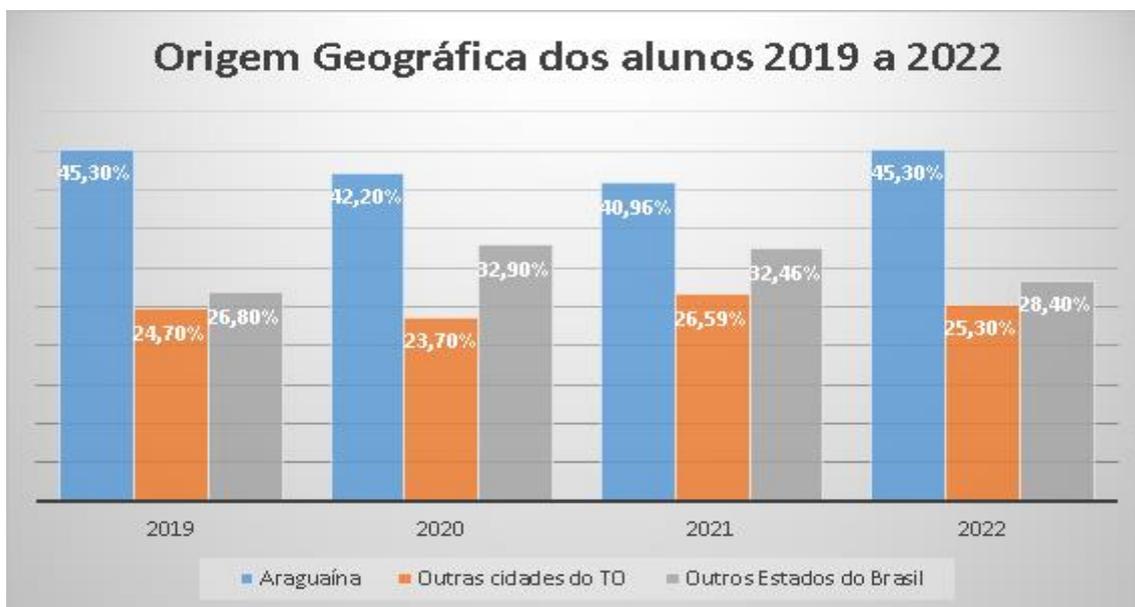
Tabela 5– Etnia dos alunos de Araguaína 2021

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	acumulativa
Amarela	18	2,8%	2,8%	2,8 %
Branca	134	20,7 %	20,7%	23,5%
Indígena	8	1,2 %	1,2%	24,7%
Não declarada	1	0,2 %	0,2 %	24,9%
Parda	359	55,5%	50,5%	80,4%
Preta	127	19,6%	19,6%	100,0 %
Total	647	100,0%	100,0%	

Fonte: Coordenação acadêmica - CCI (2022).

Quanto à origem geográfica dos alunos no ano de 2022, os dados recebidos se referem ao primeiro semestre de 2022 e demonstram que 45,3% (n=125) provêm de Araguaína e 25,3% (n=73) de outras cidades do Tocantins. Outrossim, 28,4% (n=76) vieram de outros estados ou de cidades do Brasil (Figura 9). Na sequência, a análise comparativa dos anos 2019 a 2021 demonstra o percentual de alunos matriculados na UFNT ao longo dos anos citados e o aumento anual no percentual de alunos de outros estados. Quanto ao ano de 2022, como os dados se referem ao primeiro semestre, estes não serviram de comparação para esta pesquisa.

Figura 9 – Origem geográfica dos alunos de 2019 a 2022



Fonte: Coordenação Acadêmica- CCI (2023). Organização: Autora (2024)

Com o gráfico anterior, foi possível relacionar a origem geográfica dos alunos de 2019 a 2022, com o percentual de alunos que estudam na universidade que são de outras cidades do Tocantins, além de outros estados do Brasil, podendo verificar o papel transformador da educação no desenvolvimento regional e nacional (Figura 9).

4.2 Inserção do restaurante universitário na permanência dos alunos

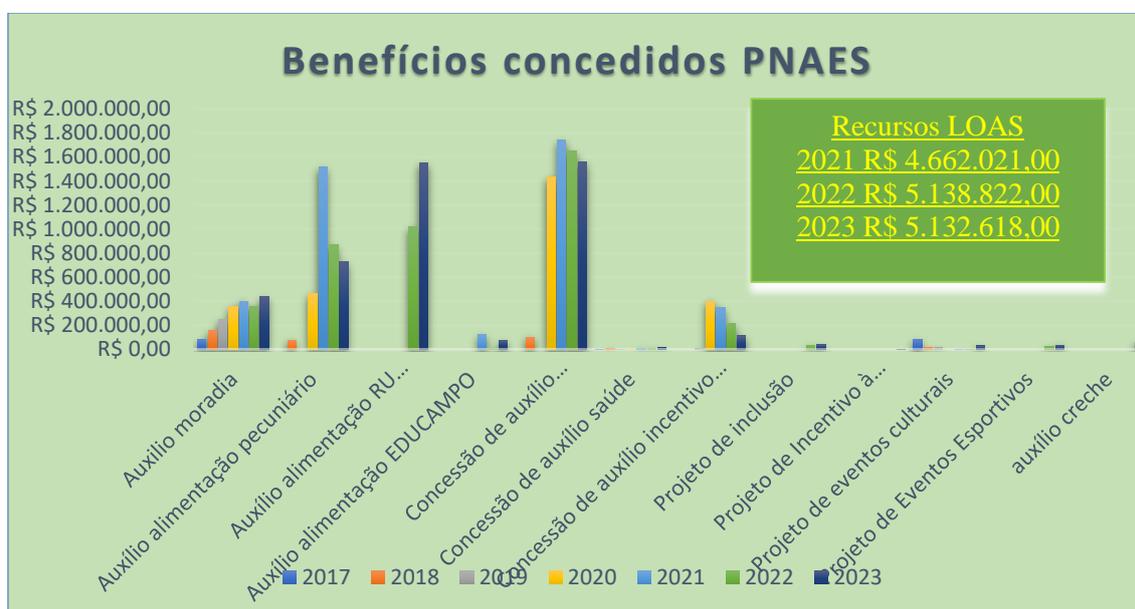
Como outrora mencionado no referencial teórico da presente pesquisa, além da vulnerabilidade socioeconômica, outras causas prejudicam a permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Na visão de Silva Filho *et al.* (2007), restringir o afastamento do aluno da graduação aos fatores socioeconômicos representa uma simplificação, pois outros fatores, como questões de ordem acadêmica, expectativas com relação à formação e à integração com a IES, igualmente, determinam o grau de estímulo para concluir o curso.

4.3 Infraestrutura destinada ao funcionamento do restaurante universitário na UFNT, considerando os recursos recebidos do PNAES

Quanto à infraestrutura do restaurante na unidade CIMBA, conforme as fotos anexadas a esta pesquisa, os alunos perdem muito tempo em filas para entrar, pagar pela refeição ou passar a carteirinha do RU, devido ao espaço reduzido; eles têm que esperar outros colegas se alimentarem para entrarem no restaurante, pois o espaço não comporta todos. Por outro lado, na unidade EMVZ, mesmo tendo uma infraestrutura melhor, com mais espaço na área interna e externa do restaurante, ambiente ventilado, moveis adequados, a fila permanece para pagar o valor da refeição ou passar a carteirinha com saldo disponível. Informação como esta demonstra que a gestão do espaço físico deveria ser uma prioridade da gestão no CCI.

No que concerne aos recursos recebidos, a figura 10 apresenta a trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o tipo de benefício concedido pela Política de Assistência Estudantil da UFT/UFNT durante o período de 2017 a 2023, com o objetivo de verificar se houve uma evolução proporcional entre os dois indicadores. Além disso, demonstra o recurso recebido da Lei Orçamentária Anual (LOAS) nos anos de 2021 a 2023.

Figura 10 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o tipo de benefícios concedidos pela política de assistência estudantil da UFT/UFNT



Fonte: UFT (2017, 2018, 2019); UFNT (2020, 2021, 2022, 2023). Organização: Autora (2024)

No gráfico anterior, verifica-se maior representatividade para os gastos com alimentação. Se analisados em conjunto, os gastos com auxílio alimentação pecuniário, auxílio alimentação para o Educampo, com os do subsídio concedido no RU de

Araguaína, nota-se que representa em média 50% do valor recebido na Loas de 2022 ou 2023, quando comparado com os valores dos outros auxílios executados com recursos do PNAES.

4.4 Avaliação do cardápio e serviços oferecidos à comunidade acadêmica.

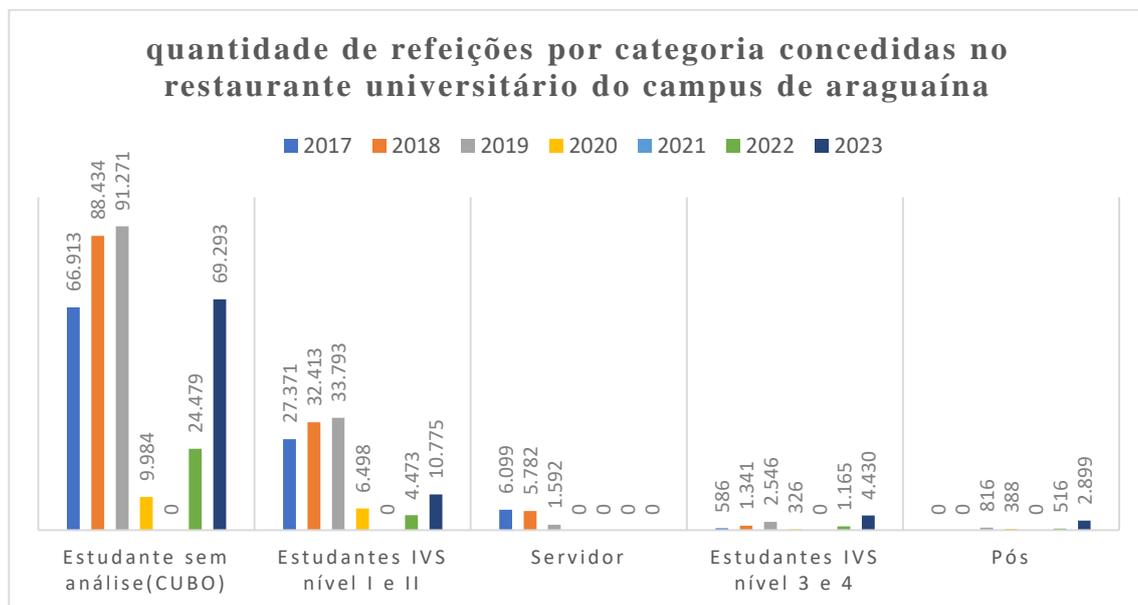
De forma geral, pela análise da resposta do questionário aplicado nesta pesquisa, os alunos estão satisfeitos com a forma de disponibilização do cardápio no aplicativo ou no site da universidade e com a alimentação oferecida. O cardápio é planejado pela nutricionista da empresa terceirizada e da UFNT e oferece as opções padrão e vegetariana, contendo geralmente um tipo de proteína (carne), carboidratos (arroz e feijão), legumes, vários tipos de saladas, uma fruta ou uma sobremesa, além do suco natural.

4.5 Percentual de alunos ingressantes em situação de vulnerabilidade e o coeficiente de rendimentos destes.

No que se refere ao número de alunos ingressantes em situação de vulnerabilidade, não tivemos acesso, devido ao fato de os dados não estarem informatizados. No entanto, foi possível disponibilizar a quantidade de refeições concedidas no RU por categoria. A figura 11 demonstra as categorias³³: estudantes sem análise no CUBO, estudantes com IVS I e II, servidores, estudantes com IVS III e IV e, na sequência, os discentes da Pós-graduação.

³³ Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) classe I e II- nível de vulnerabilidade extrema e alta; IVS classe III e IV- nível de vulnerabilidade moderada e baixa; IVS classe V e VI- nível de vulnerabilidade muito baixa e não vulnerável. Disponível em: < https://docs.uft.edu.br/share/s/Ik_adMi_Ti2riwNo7WKbYA >

Figura 11 – Quantidade de refeições por categoria concedidas no restaurante universitário do campus de Araguaína de 2017 a 2022



Fonte: UFT (2019); UFNT (2020-2023).

A partir do gráfico anterior, percebe-se que a quantidade maior de refeições concedidas no restaurante são para os alunos que não possuem cadastro no CUBO (sistema de cadastro unificado de bolsas e auxílios) e que, portanto, possuem o desconto por serem alunos e o valor restante é subsidiado pelo governo. Na sequência, há os estudantes com IVS classe I e II, referente ao nível de vulnerabilidade extrema e/ou alta, seguido dos servidores e estudantes com IVS classe III e IV, nível de vulnerabilidade moderada e/ou baixa e por último, aos alunos da pós-graduação.

Devido ao período da pandemia de covid-19, a partir de fevereiro de 2020, as atividades presenciais foram substituídas gradativamente pelo ensino remoto, houve diminuição no quantitativo de refeições e, posteriormente, o fechamento do RU, onde o fornecimento da alimentação foi substituída pelo auxílio alimentação pago em dinheiro aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do campus de Araguaína. Em 2021, ainda no período da pandemia, foi pago auxílio alimentação em pecúnia, o ano inteiro para os discentes, à medida que solicitaram e comprovaram a documentação exigida no edital.

Outro ponto a ser destacado e que foi demonstrado nos resultados desta pesquisa foi que o coeficiente de rendimento dos alunos no CCA é superior, apresentou melhor resultado do que o coeficiente de rendimento dos alunos do CCI. Tal resultado pode estar relacionado às condições financeiras melhores como também ao tempo dedicado aos

estudos, pois, nos cursos de licenciaturas e ou de tecnologia, os estudantes, além de estudarem, também trabalham e nos de bacharelados por serem cursos integrais, somente estudam. Percebe-se também uma diferença na variável renda familiar analisada entre o CCA e o CCI. Os cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Medicina são cursos de alto prestígio, onde os alunos têm melhores condições financeiras, conforme demonstrado nos resultados, com os dados do questionário analisados na presente pesquisa.

Outro resultado verificado na pesquisa demonstrou que o coeficiente de rendimentos dos alunos que usufruem do benefício de isenção total no pagamento das refeições é superior ao dos alunos que não recebem esse tipo de desconto nos cursos de licenciaturas do CCI, nos anos analisados nesta pesquisa.

4.6 Restaurante universitário no Centro de Ciências Integradas

O perfil dos usuários do RU no CCI em relação ao gênero revelou que 56,6% (n=56) são do gênero feminino e 43,4%(n=43) do gênero masculino (Tabela 6). Sen (2010, p. 258) afirma que “mulheres instruídas tendem a gozar de mais liberdade para exercer sua condição de agente nas decisões familiares, inclusive nas questões relacionadas à fecundidade e à gestação de filhos”.

Tabela 6 – Percentual do gênero dos usuários do RU campus Araguaína, unidade Cimba (análise SPSS)

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	acumulativa
Feminino	56	56,60	56,60	56,60
Masculino	43	43,40	43,40	100,00
Total	99	100,00	100,00	

Fonte: Autora (2023).

Os resultados obtidos, como é expresso na tabela (5), demonstram que a mulher está cada vez mais buscando o conhecimento, para se desenvolver, participar na sociedade, como agente ativo, na transformação de sua realidade de dependência econômica e familiar.

Quanto à faixa etária, predominante, verificou-se que a maioria dos alunos possui entre 17 e 20 anos, e a média das idades ficou em 22,29, com desvio de 5,63, conforme análise no SPSS (Tabela 7).

Tabela 7 – Percentual da faixa etária dos usuários do RU, campus Araguaína, unidade Cimba (análise SPSS)

Faixa etária	Percentual
Até 17 anos	2%
18-21 anos	60,6%
22-25 anos	21,2%
26-29 anos	8%
32-36 anos	2%
39-41 anos	3%
44-45 anos	2%

Fonte: Autora (2023).

Quanto à delimitação do perfil dos usuários do RU do CCI, identificou-se que 20,2%(n=20) dos alunos recebem benefício de isenção total, 1,0%(n=1) de isenção parcial, pois participam do Programa Auxílio Alimentação (PAA) - Restaurante Universitário; e a maioria representando 77,8%(n=77) têm o desconto por serem alunos. O PAA concede um subsídio para as necessidades alimentares dos alunos que pode ser utilizado em qualquer campus da universidade que tenha RU.

Identificou-se ainda que 37,4% (n=37) dos alunos responderam ao questionário informando que possuem a renda familiar *per capita* de “até 1,0 salário mínimo”, no entanto, apenas 20,2% (n=20) recebem o benefício de isenção total (Tabela 8). Se considerarmos os que responderam “até 1,5 salário mínimo”, esse quantitativo aumentará, o que demonstra que mais alunos deveriam ter isenção total para se alimentarem no restaurante e não estão usufruindo desse direito.

Tabela 8 – Renda familiar mensal dos usuários do RU, campus Araguaína, CCI (análise SPSS)

Renda familiar mensal	Percentual	Quantidade
1,0 salário mínimo	37,4%	37
1,0 a 2,0 salários mínimos	16,2%	16
2,0 a 4,0 salários mínimos	18,2%	18
4,0 a 5,0 salários mínimos	2,0%	2
acima de 5,0 salários mínimos	2,0%	2
desconhecem	24,2%	24

Fonte: Autora (2023).

Observou-se ainda que 76,8%(n=76) dos usuários não trabalham, dependem da renda familiar, 9,1%(n=9) estão empregados, 4,0%(n=4) em estágio remunerado e 1,0%(n=2) em estágio sem remuneração (tabela 9).

Tabela 9 – Atividade desempenhada pelos usuários do RU, campus Araguaína, CCI (análise SPSS)

Tipo de atividade	Percentual	Quantidade
Emprego	9,1%	9
Estágio remunerado	6,1%	6
Estágio sem remuneração	4,0%	4
A família mantém	76,8%	76
Bolsista	1%	1
Não declarou	3%	3

Fonte: autora (2023).

A respeito do meio de transporte usado para se deslocarem até à universidade, 38,4% dos alunos se deslocam a pé, 22,2% de ônibus, 16,2% de carona, 11,1% de moto, 10,1% de outras formas, 1,0% em todos os meios (Tabela 10).

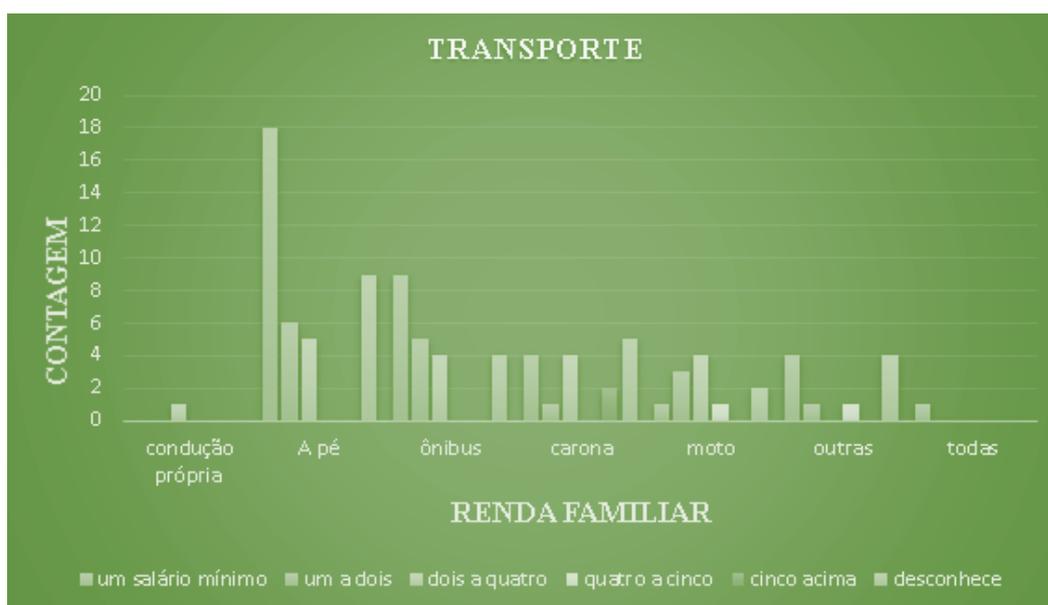
Tabela 10 – Meio de transporte usado pelos usuários do RU até a universidade, campus Araguaína, CCI (análise SPSS).

Transporte	Percentual	Quantidade de alunos
Condução própria	1%	1
A pé	38,4%	38
Ônibus	22,2%	22
Carona	16,2%	16
Moto	11,1%	11
Outras formas	10,1%	10
Todas	1%	1

Fonte: autora (2023).

Verificou-se, com a análise de dados por estatística descritiva no SPSS, opção de referência cruzada transporte e renda familiar, que, dos 37 usuários que declararam ter a renda de até um salário mínimo, 18 deles se deslocam para a universidade a pé e 9 de ônibus (Figura 12). Dados como este podem demonstrar a necessidade de os alunos terem o benefício de isenção total ativo no RU, para que não falte recurso financeiro para suprir outras demandas estudantis, como transporte e, assim, não prejudique o desenvolvimento dos alunos.

Figura 12 – Transporte e renda familiar



Fonte: Autora (2023).

Quanto à composição familiar, 32,3% (n=32) dos usuários declararam que moram sozinhos e 50,5% (n=50) moram com 1(uma) até 3(três) pessoas. Comparando com o tipo de moradia (própria, alugada, cedida ou se mora com parentes), dos que moram sozinhos ou com até 3 pessoas, 29 e 36, respectivamente, pagam aluguel.

Quanto ao tipo de refeição realizada no restaurante, verificou-se que 60,6% (60) dos usuários relataram que se alimentam no restaurante no período do almoço e do jantar e 12,1% (12) somente no almoço. Quanto à frequência de uso, 64,6% (n=64), esses relataram que se alimentam no restaurante cinco vezes por semana e 14,1% (14) três vezes por semana.

Outro item contido no questionário relaciona-se ao cardápio, e foi possível observar que 61% (n=61) dos usuários declaram-se satisfeitos, 2% (n=2) insatisfeitos, 32% (n=32) pouco satisfeitos e 4% (n=4) muito satisfeitos.

De maneira geral, a principal motivação para os usuários realizarem suas refeições, no RU, demonstra ser a alimentação saudável e nutricional, seguido do preço acessível, tempo para estudar e fome (Tabela 11).

Tabela 11 – Percentual do principal motivo para realizar as refeições no RU, campus Araguaína, CCI

Motivo	Percentual	Quantidade de alunos
Alimentação saudável e Nutricional	30%	30
Preço	19%	19
Tempo para estudar	14%	14
Fome	10%	10
Localização	9%	9
Todas	9%	9
Outras	3%	3
Falta de opção	2%	2
Isenção	1%	1

Fonte: autora (2023).

Quanto à origem geográfica dos alunos, 91,9% (n=91) responderam que moram em Araguaína, 8,1% (n=8) moram em outras cidades. Salienta-se ainda que 94,9% (n=91) das residências localizam-se em área urbana, 5,1% (n=5) em área rural.

Ao analisar a percepção dos alunos quanto à instalação estrutural do restaurante, temperatura das refeições, observou-se que a maioria dos usuários declarou estar

satisfeitos (Tabela 12). No entanto, quanto ao tempo de atendimento, de tempo de espera e à rapidez no serviço, a grande maioria está insatisfeito ou pouco satisfeito (Tabela 12).

Tabela 12 – Percepção em relação ao restaurante, campus Araguaína, no CCI (análise SPSS)

	Frequência	Porcentual	Percepção
Temperatura	72	72%	satisfeito
Instalação Estrutural	58	58%	satisfeito
Tempo de atendimento	48	48%	satisfeito
	29	29%	insatisfeito
	18	18%	pouco satisfeito
Rapidez no serviço	39	39%	satisfeito
	26	26%	insatisfeito
	25	25%	pouco satisfeito
Tempo de espera	15	15%	satisfeito
	58	58%	insatisfeito
	24	24%	pouco satisfeito

Fonte: autora (2023).

As percepções relatadas pelos usuários podem estar relacionadas a questões estruturais, como podem ser verificadas nas fotos (Figuras 13 a 18), onde observa-se o espaço reduzido onde funciona o restaurante, somente na lateral direita, as condições dos móveis da recepção, a estreita porta de entrada para acessar ao restaurante e, além disso, as refeições são transportadas do CCA para o CCI, pois, neste último centro, não há cozinha adequada para o preparo das refeições. No dia 04 de março de 2024 foi inaugurada a cobertura da passarela na entrada do RU, proporcionando mais conforto para os alunos, evitando assim uma maior exposição ao sol e chuva (figura 14).

Figura 13 – Visão frontal do prédio onde funciona o restaurante universitário no Centro de Ciências Integradas, somente do lado direito



Fonte: Autora (2023).

Figura 14 – Visão frontal do restaurante após construção da cobertura na passarela



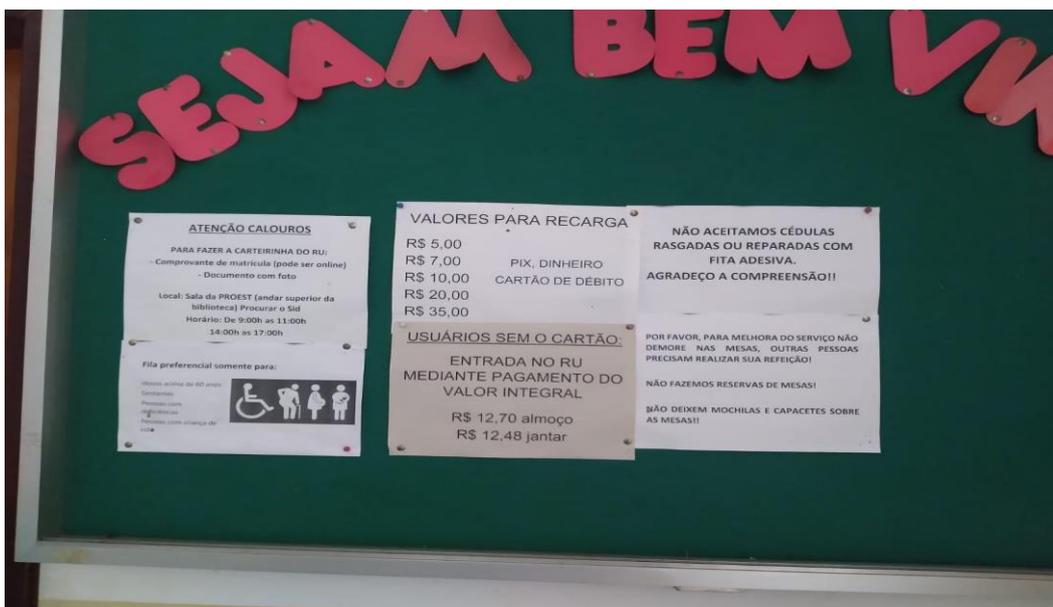
Fonte: Autora (2024).

Figura 15 – Lateral onde funciona o restaurante universitário no Centro de Ciências Integradas



Fonte: Autora (2023).

Figura 16 – Mural de avisos e preços



Fonte: Autora (2023).

Figura 17 – Balcão de atendimento



Fonte: Autora (2023).

Figura 18 – Porta de entrada do restaurante no CCI



Fonte: Autora (2023).

Quanto ao coeficiente de rendimentos dos alunos, que utilizam do RU, foi realizado o teste de normalidade, e os dados não possuem distribuição normal, tendo significância menor que 0,05, tanto no teste kolmogorov-Sminorv³⁴, quanto no Shapiro-

³⁴ O procedimento Teste de Kolmogorov-Smirnov de Uma Amostra compara a função de distribuição cumulativa observada de uma variável com uma distribuição teórica especificada, que pode ser normal, uniforme, Poisson ou exponencial. Disponível em: <https://www.ibm.com/docs/pt-br/spss-statistics/29.0.0?topic=tests-one-sample-kolmogorov-smirnov-test>

wilk³⁵. A tabela 13 apresenta os resultados do coeficiente de rendimentos dos alunos que não possuem o benefício isenção total, no lapso temporal de 2017 a 2023 e a descrição da média, de mediana, do desvio padrão, do valor mínimo e máximo, em cada ano.

Tabela 13– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT, que não recebem o benefício isenção total, no Centro de Ciências Integradas, entre 2017 a 2023

Nº de alunos	Ano	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
01	2017(1)	5,48	5,48	5,48	5,48	
01	2017(2)	4,61	4,61	4,61	4,61	
01	2018(1)	5,22	5,22	5,22	5,22	
01	2018(2)	2,88	2,88	2,88	2,88	
04	2019(1)	6,94	7,12	5,84	7,87	1,02647
07	2019(2)	5,74	6,56	1,05	8,80	3,56602
14	2020(1)	6,81	7,73	0,00	8,80	2,9065
17	2020(2)	8,26	8,46	6,86	9,46	0,93088
29	2021(1)	7,38	7,76	1,15	9,34	1,90602
31	2021(2)	6,99	7,40	0,44	9,54	2,20001
49	2022(1)	7,43	8,08	0,00	9,50	2,24295
55	2022(2)	7,67	8,00	1,05	9,82	2,05158
73	2023(1)	7,48	8,15	0,00	10,00	2,10564
15	2023(2)	7,38	8,66	0,00	9,95	3,59400

Fonte: Coordenação Acadêmica (2023). Organização: (Autora, 2024)

Ao compararmos a média do coeficiente de rendimento dos alunos que frequentam o RU que possuem desconto por serem alunos com o coeficiente dos alunos que possuem isenção total, percebe-se que a média do coeficiente dos alunos que são isentos do pagamento são superiores aos do que não são, conforme a tabela 14, o que demonstra que o fato de estarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica não os

³⁵ O Teste de Shapiro-Wilk tem como objetivo avaliar se uma distribuição é semelhante a uma distribuição normal. Disponível em: <https://www.blog.psicometriaonline.com.br/o-que-e-o-teste-de-shapiro-wilk/>

coloca em lugar de fragilidade acadêmica, evidenciando assim a relevância do RU na permanência estudantil na UFNT.

A Pesquisa de Mugnaini Junior & Cunha (2022) sobre o impacto das cotas no desempenho de estudantes no curto e longo prazo revelou que os cotistas apresentaram um desempenho melhor do que os não cotistas.

Tabela 14– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT que possuem isenção total no pagamento, Centro de Ciências Integradas, entre 2019 a 2023

Nº de alunos	Ano	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
01	2019(1)	7,20	7,20	7,20	7,20	
03	2019(2)	6,97	6,95	6,38	7,58	0,60025
05	2020(1)	8,21	8,60	6,86	9,09	0,96981
06	2020(2)	8,70	8,82	7,60	9,47	0,64884
09	2021(1)	8,25	8,60	6,35	9,19	0,92288
09	2021(2)	7,66	7,89	5,98	9,24	1,04729
14	2022(1)	8,19	8,42	6,61	9,46	0,91122
14	2022(2)	8,28	8,34	6,89	9,72	0,86289
18	2023(1)	8,47	8,75	6,20	9,76	0,94873
04	2023(2)	8,70	8,57	8,05	9,60	0,73598

Fonte: Coordenação Acadêmica (2023).

4.7 Restaurante universitário no Centro de Ciências Agrárias

O perfil dos usuários do RU do Centro de Ciências Agrárias em relação ao gênero revelou que 64% (n=130) são do gênero feminino e 36% (n=73) do gênero masculino (Tabela 15). Tais resultados demonstram a busca da mulher pelo conhecimento. A esse respeito, Sen (2010, p.258) afirma que a “educação também amplia os horizontes e, em um nível mais material, ajuda a difundir os conhecimentos sobre planejamento familiar”.

Tabela 15 – Percentual do gênero dos usuários do RU campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	acumulativa
Feminino	130	64,0	64,0	64,0
Masculino	73	36,0	36,0	100,00
Total	203	100,0		

Fonte: Autora (2023).

Quanto à faixa etária predominante dos discentes que frequentam o RU, no CCA, verificou-se que a maioria dos alunos possui entre 17 e 24 anos, e a média das idades ficou em 21,23 com desvio de 3,9, conforme análise no SPSS (Tabela 16).

Tabela 16 – Percentual da faixa etária dos usuários do RU, campus Araguaína, no CCA

Faixa etária	Percentual
Até 17 anos	2,5%
18-21 anos	61%
22-25 anos	29%
26-29 anos	6,5%
30 anos	0%
48 anos	0,5%
53 anos	0,5%

Fonte: Autora (2023).

Quanto à delimitação do perfil dos usuários do RU do CCA, identificou-se que 6,4% (n=13) dos alunos recebem benefício de isenção total, ninguém recebe isenção parcial e a maioria representando 93,6% (n=190) têm o desconto por serem alunos. Além disso, os que recebem isenção participam do PAA-RU.

Identificou-se ainda que 22,7% (n=46) dos alunos responderam ao questionário, informando que possuem a renda familiar *per capita* de até 1,0 salário mínimo, no entanto, apenas 6,4% (n=13) recebem o benefício de isenção total (Tabela 17). Se considerarmos os que responderam até 1,5 salário mínimo, esse quantitativo aumentará, o que demonstra que mais alunos deveriam ter isenção total para se alimentarem no restaurante e não estão usufruindo desse direito.

Tabela 17– Renda familiar mensal dos usuários do RU, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)

Renda familiar mensal	Percentual	Quantidade
1,0 salário mínimo	22,7%	46
1,5 a 2,0 salários mínimos	25,1%	51
2,0 a 4,0 salários mínimos	10,8%	22
4,0 a 5,0 salários mínimos	6,9%	14
acima de 5,0 salários mínimos	11,8%	24
desconhecem	22,7%	46

Fonte: Autora (2023).

Observou-se ainda que 91,1% (n=185) dos usuários não trabalham, dependem da renda familiar, 4,9% (n=10) estão empregados, 3,0% (n=6) em estágio remunerado e 1,0% (n=2) em estágio sem remuneração (tabela 18).

Tabela 18– Atividade desempenhada pelos usuários do RU, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)

Tipo de atividade	Percentual	Quantidade
Emprego remunerado	4,9%	10
Estágio remunerado	3,0%	6
Estágio sem remuneração	1,0%	1
A família mantém	91,1%	185

Fonte: Autora (2023).

A respeito do meio de transporte usado para se deslocar até a universidade, 1% se deslocam a pé, 80,3% de ônibus, 4,4% de carona, 8,9% de moto, 4,9% de outras formas (Tabela 19).

Tabela 19– Meio de transporte usado pelos usuários do RU até a universidade, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)

Transporte	Percentual	Quantidade de alunos
Condução própria	0,5%	1
A pé	1%	2
Ônibus	80,3%	163
Carona	4,4%	9
Moto	8,9%	18
Outras formas	4,9%	10

Fonte: autora (2023).

Quanto ao tipo de refeição realizada no restaurante no CCA, verificou-se que 53,7% (n=109) dos usuários relataram que se alimentam no restaurante no período do almoço, 32% (n=65) no horário do café da manhã e do almoço e 1% (n=2) no horário do jantar no CCI, pois no CCA os alunos não tem aula a noite e o restaurante não funciona. Quanto à frequência de uso, 59,1% (n=120) relataram que se alimentam no restaurante cinco vezes por semana e 27,6% (n=56) quatro vezes por semana.

Quanto à origem geográfica dos alunos, 92,6% (n=188) responderam que moram em Araguaína, 7,4% (n=15) moram em outras cidades. Salienta-se ainda que 94,6% (n=192) das residências localizam-se em área urbana, 3,9% (n=8) em área rural, 0,5% (n=1) em comunidade indígena e 0,5% (n=1) em comunidade quilombola.

Outro item contido no questionário relaciona-se ao cardápio, e foi possível observar que 61,1% (n=124) dos usuários declaram-se satisfeitos, 5,4% (n=11) insatisfeitos, 29,1% (n=59) pouco satisfeitos e 4,4% (n=9) muito satisfeitos.

De maneira geral, a principal motivação para os usuários realizarem suas refeições, no RU, tem a ver com a localização, seguida da alimentação saudável e nutricional, de fome e do preço acessível (Tabela 20).

Tabela 20 – Percentual do principal motivo para realizar as refeições no RU, campus Araguaína, no CCA

Motivo	Percentual	Quantidade de alunos
Localização	24,6%	50
Alimentação saudável e Nutricional	22,7%	46
Fome	14,3%	29
Preço	11,3%	23
Todas	10,8%	22
Tempo para estudar	9,4%	19
Falta de opção	5,9%	12
Isenção	0,5%	1
Outras	0,5%	1

Fonte: autora (2023).

Ao analisar a percepção dos alunos quanto à instalação estrutural do restaurante, à temperatura das refeições e à rapidez no serviço, observou-se que a maioria dos usuários declarou estar satisfeitos (Tabela 21). No entanto, quanto ao tempo de atendimento e de tempo de espera, a grande maioria está insatisfeito ou pouco satisfeito (Tabela 21).

Tabela 21– Percepção em relação ao restaurante, campus Araguaína, no CCA (análise SPSS)

	Frequência	Porcentual	Percepção
Temperatura	155	76,4%	satisfeito
Instalação Estrutural	142	70,0%	satisfeito
Tempo de atendimento	90	44,3%	satisfeito
	50	24,6%	insatisfeito
	59	29,1%	pouco satisfeito
Rapidez no serviço	106	52,2%	satisfeito
	45	22,2%	insatisfeito
	43	21,2%	pouco satisfeito
Tempo de espera	58	28,6%	satisfeito
	84	41,4%	insatisfeito
	58	28,6%	pouco satisfeito

Fonte: Autora (2023).

As percepções relatadas pelos usuários podem estar relacionadas à gestão administrativa, como pode ser verificada a partir das figuras 19 a 25, em que observamos os estudantes na fila, esperando o restaurante abrir para entrar, para passar a carteirinha do RU ou para carregar com mais créditos e depois para entrar.

Figura 19 – Porta de entrada restaurante universitário no CCA



Fonte: Autora (2023).

Figura 20 – Estudantes na fila da porta de entrada para o restaurante



Fonte: Autora (2023).

Figura 21 – Estudantes almoçando



Fonte: Autora (2023).

Figura 22 – Estudantes servindo as refeições



Fonte: Autora (2023).

Figura 23 – Visão geral do restaurante



Fonte: Autora (2023).

Figura 24 – Opções servidas no almoço



Fonte: Autora (2023).

Figura 25 – Opções de salada



Fonte: Autora (2023).

Quanto ao coeficiente de rendimentos dos alunos, que utilizam do RU, foi realizado o teste de normalidade, e os dados não possuem distribuição normal, tendo significância menor que 0,05, tanto no teste kolmogorov-Sminorv, quanto no Shapiro-wilk. A tabela 22 apresenta os resultados do coeficiente de rendimentos dos alunos no lapso temporal de 2017 a 2023 e a descrição da média, da mediana, do desvio padrão, do valor mínimo e máximo, em cada ano.

Tabela 22– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT, do Centro de Ciências Agrárias entre 2017 a 2023, que não recebem o benefício isenção total

Coeficiente de rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário do Centro de Ciências Agrárias, de 2017 a 2023, sem isenção total

Nº de alunos	Ano	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio P
02	2017(1)	6,81	6,81	6,64	6,98	0,24042
02	2017(2)	7,04	7,04	7,03	7,05	0,1414
04	2018(1)	6,39	6,54	5,70	6,80	0,52093
07	2018(2)	5,84	6,31	4,35	7,00	1,08064
14	2019(1)	6,29	6,26	4,55	7,79	0,88959
30	2019(2)	6,81	7,05	4,53	9,12	1,2542
42	2020(1)	8,24	8,36	4,53	9,47	0,90438

61	2020(2)	8,24	8,41	5,70	9,90	0,77366
68	2021(1)	7,76	8,08	0,00	9,33	1,48719
79	2021(2)	7,63	7,95	0,00	9,38	1,57895
109	2022(1)	7,10	7,50	0,00	9,34	1,37922
128	2022(2)	7,14	7,29	3,87	9,34	1,22725
166	2023(1)	7,45	7,64	3,06	9,57	1,29200
0	2023(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00000

Fonte: Secretaria Acadêmica (2023). Organização: Autora (2024)

Na sequência, a tabela 23 demonstra o coeficiente de rendimentos dos alunos usuários do RU que possuem isenção total no pagamento das refeições, analisados pelo IVS.

Tabela 23– Estatística Descritiva do Coeficiente de Rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário da UFNT que possuem isenção total no pagamento, Centro de Ciências Agrárias, entre 2019 a 2023

Coeficiente de rendimento dos alunos usuários do restaurante universitário do Centro de Ciências Agrárias, que possuem isenção total no pagamento, de 2019 a 2023.

Nº de alunos	Ano	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio padrão
02	2019(2)	6,77	6,77	6,24	7,31	0,75660
03	2020(1)	8,26	8,26	7,40	8,78	0,75020
04	2020(2)	7,20	7,00	6,48	8,33	0,86180
04	2021(1)	6,55	6,40	5,20	8,22	1,2618
06	2021(2)	7,08	7,85	4,57	8,74	1,3814
09	2022(1)	6,68	7,06	3,80	8,07	1,38140
09	2022(2)	6,76	6,80	4,17	8,30	1,08639
09	2023(1)	7,55	7,80	4,47	8,74	1,25808
01	2023(2)	7,20	7,20	7,20	7,20	

Fonte: Secretaria Acadêmica-CCA (2023).

Dentre os resultados encontrados no RU do Centro de Ciências Agrárias, destacam-se ações de assistência, desenvolvidas na área de saúde, buscando a promoção da inclusão social, conforme prevê um dos objetivos do PNAES (Figura 26).

Figura 26 – Painel de avisos no restaurante do Centro de Ciências Agrárias.



Fonte: UFNT (2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisou-se a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Norte do Tocantins, tendo como foco o RU na promoção do desenvolvimento e na inclusão social, para conhecer a realidade dos alunos, no contexto de vida socioeconômico, educacional e profissional para subsidiar a universidade com informações para futuras estratégias de adaptação na política alimentar, principalmente aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando que a ocorrência de vulnerabilidade socioeconômica se relaciona a condições sociais e econômicas, este estudo tem como base a teoria de Amartya Sen (2010), que defende o desenvolvimento como expansão das liberdades instrumentais, dentre elas de ampliação das oportunidades sociais, com inclusão social, principalmente para aqueles que sofrem privações de liberdades individuais, políticas e de acesso aos direitos civis básicos, dentre eles o acesso à alimentação saudável que garanta a qualidade nutricional e, dessa forma, não interfira no desempenho físico e intelectual dos estudantes. Por meio dos serviços disponibilizados pelo poder público, como é o caso dos que funcionam na Educação, como as ações de Assistência Estudantil nas universidades, como, por exemplo, o RU, os discentes encontram um suporte para o desenvolvimento, conforme demonstrado nos dados obtidos com a aplicação do questionário.

Pode-se afirmar com segurança que a educação representa, no seu sentido amplo, tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano, e, em sentido estrito, a instrução e o desenvolvimento de competências e de habilidades (VIANNA, 2006, p. 130). O conhecimento é construído pelo aprendizado adquirido na família, nos ambientes educativos e na sociedade e é por meio dessa interação que os saberes se multiplicam e as pessoas se desenvolvem.

A assistência estudantil busca dar igualdade de oportunidades a todos os estudantes e combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2014).

Ressalte-se, nesse sentido, que a UFNT desempenha um papel relevante na formação dos alunos, ampliando os horizontes para inserção destes, no mercado de trabalho.

Como parte de políticas públicas implementadas na UFNT, o RU desempenha um grande papel no combate à fome, mas a participação do restaurante é mais abrangente, ele não é somente um fornecedor de refeições. Trata-se de um espaço de inclusão social e de sociabilidade, tendo fundamental importância para atender a função social da

universidade, por meio do PNAES, no suporte a todos os alunos e principalmente aqueles socialmente vulneráveis. No restaurante do Centro de Ciências Agrárias, geralmente as sextas-feiras acontecem os momentos musicais, além das informações nos murais de avisos, relacionados aos cuidados com a saúde e alimentação, o que pode ser verificado nos resultados da presente pesquisa. No CCI não acontecem os momentos culturais, devido à ausência de infraestrutura adequada, o espaço físico não permite a realização de eventos, dentro do restaurante.

Considerando a relevância da Universidade pública na governança principalmente para regiões onde as políticas públicas são mais necessárias, o fechamento do restaurante, conforme demonstrado a partir das fotos e do que fora relatado na pesquisa, independente do motivo prejudica o desenvolvimento dos alunos, pois para que eles se dediquem aos estudos sem outras preocupações é necessário que não tenham privações alimentares ou de insegurança alimentar, principalmente os alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômicas ou ainda sem tempo de preparar suas refeições por cursarem um curso em horário integral, como os de medicina, de medicina veterinária e ou de zootecnia.

Com base nos resultados da pesquisa, foi possível identificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos usuários do RU por meio de variáveis detalhadas nos gráficos e/ou tabelas e que demonstram insuficientes os critérios para acesso dos estudantes aos benefícios de isenção total ou parcial, quando comparados à renda declarada pelos alunos no questionário no qual participaram da presente pesquisa.

No decorrer desta pesquisa, verificaram-se algumas limitações que reduziram o resultado das análises, no que diz respeito à ausência de informatização de alguns dados da PROEST, ainda em fase de implantação, devido à criação da nova universidade.

Nessa conjuntura, faz-se necessário informatizar os dados relacionados ao número de auxílios pagos com o recurso do PNAES, a quantidade de recursos recebidos anualmente, além dos gastos com obras, com serviços e/ou produtos referentes às ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFNT em cada campus.

Ainda com as limitações apresentadas, esta pesquisa se torna relevante, pois buscou demonstrar os resultados do PNAES de forma quantificável e clara, contribuindo com a prestação das informações.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil é de suma relevância para a permanência e o desenvolvimento dos alunos, principalmente as ações alimentares, como

o RU e o auxílio alimentação pecuniário, pois, conforme os recursos financeiros recebidos do PNAES, os gastos com alimentação representam quase 50% do total recebido.

Constatamos ainda que este estudo pode fomentar outras pesquisas que contribuam com a organização de políticas públicas articuladas, considerando problemas socioeconômicos regionais, relacionados à renda, ao transporte urbano, à moradia estudantil, à acessibilidade, dentre outros, que refletem na permanência do ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: Andifes, 2011. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf> .Acesso em: 24 jun. 2023.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das IFES Brasileiras**. Uberlândia: Andifes, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-Universidades-Federais-1.pdf> Acesso: 10 out. 2023.
- ANDERSON, C. W. The place of principles in policy analysis. **American Political Science Review**, v. 73, n. 3, p.711-723, set. 1979. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.2307/1955399> Acesso em: 25 out. 2023.
- ARAÚJO, L.P. **Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos?** 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UFPE, Programa de Pós-graduação em serviço social. Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34568> Acesso em: 2 ago. 2023.
- BAPTISTA, T.W.F; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. *In*: MATTOS, Rubem Araújo; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria (org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Editora redeunida. 2011. p. 138-164. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4447979/mod_resource/content/1/ANALISE%20POLITICAS%20%20E%20LIVRO%20IMS.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **Lei de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Consea, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea> Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 19 abr. 2023

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 12 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 14 out 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.131, de 24 nov. 1995**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 25 nov. 1995.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 14 out 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm . Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar**. 2. Ed. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/Material_de_divulgacao/pnae_cartilha_2015.pdf. Acesso em: 07/02/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação superior: Universidade do Tocantins abre restaurante e terá hospital**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: [www.http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20439-universidade-do-tocantins-abre-restaurant-e-tera-hospita](http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/20439-universidade-do-tocantins-abre-restaurant-e-tera-hospita). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes> Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Assistência ao estudante universitário**. Restaurantes Universitários. Relatório de grupo de trabalho. Brasília: MEC, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE)**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <https://fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex post. Brasília: Minfra, 2018. v. 2. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). **Manual de atuação**: direito humano à alimentação adequada. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2008. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/series/manuais-de-atuacao/volume-6-direito-a-alimentacao-adequada>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

BUZIN, E., & PARREIRA, I. (2020). Elaboração e aplicação de survey. *Agrarian Academy*, 7(14), p. 26-35 Recuperado de <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/agraria>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CARDOSO, C. *et al.* **Restaurante universitário da UFPE: uma abordagem sistêmica**. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, v. 11, n. 3, p. 211-234, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2018v11n3p211>. Acesso em: 17 abr.2023.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**, *Serviço social e sociedade*, São Paulo, n. 112, Editora Cortez, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XzjDStRDdJQGpLFBJPZCfQK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American politics**: the dynamics of agenda building. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. *Revista de Administração Pública*, [s. l.], v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12350/avaliacao-de-programas-publicos--desafios-conceituais-e-metodologicos/i/pt-br>. Acesso em: 25 out. 2023.

COSTA, S. A. A. **Hábitos, restrições alimentares e grau de satisfação de usuários do restaurante universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**, 2020. 83 fls. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8565404. Acesso em: 5 jul. 2020.

CORREIA, L.S. **A influência da BR-153 no crescimento e desenvolvimento econômico de Araguaína**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Transportes) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/19332>. Acesso em: 23 jun.2022.

DAMATTA, R. Sobre o Simbolismo da Comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 23, 1987. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cadernoteorico_ean.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

DELEON, P. **A Theory of Policy Termination**. In: JUDITH, V. May; AARON B. Wildavsky (ed.). *The Policy Cycle*. Beverley Hills: Sage, 1978. p. 279-300.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. **A educação, sua natureza e seu papel**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FARIAS, R.; MORÉ, C. O. O. **Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em contexto de vulnerabilidade social**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 596-604, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/DC8YLNWQvnVr6Mkm6BLCxMR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**: Noções básicas em pesquisa científica. São Paulo: Saraiva, 2017.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. de M.; SILVEIRA, R. de J. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL**: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan./dez.2006, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FRONTINI, P. S. Ação civil pública e separação dos poderes do estado. In: MILARÉ, Édís (coord.). **Ação civil pública**: 15 anos. São Paulo: RT, 2001. p. 669

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Método de pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUNDERSEN, C. A insegurança alimentar é uma preocupação nacional permanente. **Advances in Nutrition**, [s. l.], v. 4, p. 36-41, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3648737/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: **análise dos dados da PNAD 2004. Insegurança alimentar no Brasil**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1824> . Acesso em: 31 jan. 2023.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49–61, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1824>. Acesso em: 31 jan. 2023.

HOWLETT, M; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Tradução de Francisco G. Heidemann. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOURI, M. S. **Evasão e permanência na educação superior: uma perspectiva discursiva**. 2016. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3643017 . Acesso em: 24 jun. 2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Araguaína: IBGE, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 31 out. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Concla**. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-obrasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html>. Acesso em: 24 out. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da Educação Superior 2021: divulgação dos resultados**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em 15 ago. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 31 out. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas**: guia prático de análise ex ante. [S.l.]: IPEA, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao_de_politicas_publicas_guia_pratico_de_analise_%20ex_ante.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Questões do desenvolvimento: medindo o bem-estar das populações. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ed. 55, ano 7, não paginado, nov. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2294:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 11 ago. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257> Acesso em: 27 fev. 2022.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO). In: CUNHA, J. M P. (org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo; Unicamp, 2000. p. 67-94.

KAZTMAN, R. **Vulnerabilidad y Exclusión social**: Uma propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. Chile: Oficina Internacional del Trabajo (OIT); Fundación Ford, 2005. Documento de Trabajo, 107).

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/?lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2023.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. New York: Longman. 1995.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A. *et al.* (org.). **Nutrição em Saúde Pública**. São Paulo: Rubio, 2011. p. 471-488.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. 90p. il.

LIMA, W. G. **Plano diretor participativo de Bambuí-MG**: uma análise de sua elaboração sob a ótica da cidadania deliberativa e da gestão social. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016. Disponível: <http://hdl.handle.net/11612/217>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em Educação**: Abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

- MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI, I. Valores positivos e desenvolvimento adolescente: perfil de jovens paulistanos. **Psicologia em Estudo**, [s. l.], v.14, 690-698. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/d7dk9Hn9W8LHWWQLkxTF5Qg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. p.59-100. v. 3.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 21-22.
- MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2016. p. 9-29.
- MOREIRA JUNIOR, F. J *et al.* Satisfação dos usuários do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Maria: uma análise descritiva. **Sociais e Humanas**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 83–108, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/>. Acesso em: 24 jun.2023
- MOREIRA, L. K. R.; MOREIRA, L. R.; SOARES, M. G. Educação Superior no Brasil: discussões e reflexões. **Educação Por Escrito**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 134-150, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/29594>. Acesso em: 24 jun. 2023.
- MOTA, C. de S. **Avaliação da eficácia do Plano Nacional de Assistência Estudantil no sistema de restaurante universitário da Universidade Federal da Paraíba-Campus I: atores e fatores envolvidos na operacionalização**. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18192> . Acesso: 2 out. 2022
- MUGNAINI JUNIOR, A. N., & CUNHA, M. S. S. (2023). **Impacto das Cotas no Desempenho de Estudantes no Curto e Longo Prazos**. Planejamento e Políticas públicas, (64). Disponível em: <https://doi.org/10.38116/ppp64art2> . Acesso em: 06 fev. 2024
- OLIVEIRA, T. C. S. **Avaliação da percepção da qualidade do serviço oferecido pelo restaurante universitário central da universidade federal do rio de janeiro à luz da matriz bidimensional**. 2017. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gastronomia) – Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12679>. Acesso: 24 jun. 2023
- OLIVEIRA, N. M; BRITO, E. P; MEDEIROS, M. R. Universidade Federal do Tocantins - **UFT e sua Inserção Regional: uma abordagem da Teoria dos Lugares Centrais**. Interface, Palmas, n. 6, p. 1-10, maio 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**, 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento Humano 2021/2022**, 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20pandemia%2C%20e%20pela,em%20quase%20todo%20os%20lugares>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PEREIRA, L. R. **O acesso e permanência do aluno prounista na universidade privado filantrópica brasileira**, 2014. 130 fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, local, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/568>. Acesso em: 2 out. 2022.

PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira De Gestão E Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 44 a 66, 2014. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

RAITER, J. R; DALLABONA, S. H. **Gestão de políticas públicas**. Indaial: UNIASSELVI, 2015.

REDE PENSSAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

SABATIER, P. A. Top-Down and Bottom-Up Approaches to Implementation Research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 21-48, 1986. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-public-policy/article/abs/topdown-and-bottomup-approaches-to-implementation-research-a-critical-analysis-and-suggested-synthesis/2100355E461CC28D75C42AF64A4083D9> . Acesso em: 12 jun. 2023.

SANTOS, D. B. R. Para além das cotas: **A permanência de estudantes negros no e Ensino Superior como política de Ação Afirmativa**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, V. M. **Qualidade percebida e satisfação do consumidor quanto à prestação de serviços do restaurante universitário da UFPE**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3733666. Acesso em: 10 abr. 2023

SECCHI, L. **Políticas públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P.R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M.B.C.M. Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SILVEIRA, A. F. **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in política. **Revista Italiana di Scienza Política**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 41- 85, 1984. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/italian-political-science-review-rivista-italiana-di-scienza-politica/article/abs/problemi-e-soluzioni-in-politica/432F2175BD4A6F12F51DAB9D0466F2AB>. Acesso em: 19 out. 2023.

SOUZA, A. P. de. **Políticas públicas para o desenvolvimento associado com a inovação**: Uma análise da formulação e de narrativas de atores envolvidos na implementação do Programa Agentes Locais de Inovação – ALI – em Campina Grande. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2424>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, C. J. A. **Plano Municipal de Educação**. Brasília: MEC, 2007. p. 14-16.

SUBIRATS, J. **Análises de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madrid: Inap, 1989. Disponível em:

<https://www.fundacionhenrydunant.org/images/stories/biblioteca/Politiclas-Publicas/QL-J7mu211L.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

TOCANTINS. **Lei Estadual nº 4.200 de 18 de julho de 2023**. Declara Capital Econômica do Estado do Tocantins o Município de Araguaína. Palmas: Diário Oficial do Tocantins, 2023. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/4943/download>. Acesso em: 31 out. 2023.

TRINDADE JR, Saint-Clair C. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e**

Regionais, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 135-151, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/399>. Acesso em: 03 jul. 2022.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Relatório Pesquisa Assistência Estudantil**, 2017. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/3dOAGX5-QhuUi-7CYmSaGQ/content/Relat%C3%B3rio%20Pesquisa%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20-%202017.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Relatório Pesquisa Assistência Estudantil**, 2022. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/uSAf5SWnQx-SaVdqCgECJw>. Acesso em: 19 jun. 2023.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Restaurante Universitário**, 2023, Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/alimentacao/restaurante-universitario>. Acesso em: 18 abr. 2023.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Transição UFNT: Histórico**. Palmas: UFT, 2019. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ufnt/historico-ufnt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Assistência estudantil**: conheça os programas de assistência estudantil da UFT. Palmas: UFT, 2023. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/32088-assistencia-estudantil>. Acesso em: 24 abr. 2023.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. **Documentos**: Concorrência 01.2016 - Concessão Restaurante Universitário no Campus de Araguaína. Palmas: UFT, 2016. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/index.php/component/jalfresco/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&Itemid=208&id=61f26989-fd51-4116-830f-df9105460b07&folder_name=Concorr%C3%A2ncia%202016%20-%20Concess%C3%A3o%20Restaurante%20Universit%C3%A1rio%20no%20Campus%20de%20Araguaina. Acesso em: 6 jun. 2022.

VAITSMAN, J; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. Policy analysis in Brazil: the state of the art. In: VAITSMAN, Jeni; RIBEIRO, José M.; LOBATO, Lenaura (ed.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013. p. 1-12.

VALENTE, F. L. S. **O combate à fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do direito humano à alimentação**: um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

VALENTE, F.L.S. **Direito humano à alimentação: Segurança alimentar e nutricional: Transformando natureza em gente**. Campina Grande: Eduepb, 2021, p. 123-160. Disponível em : https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito-humano-a-alimentacao-desafios-e-conquistas.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361> . Acesso em: 19 jun. 2022.

VIANNA, C. E. S. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Janus**, Lorena, ano 3, n. 4, p. 129-138, 2º sem. 2006.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Sr. (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS, CAMPUS DE ARAGUAÍNA: O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL”. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora Mácia da Luz Barros, do Curso de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do Prof. Maurício Ferreira Mendes. Nesta pesquisa, pretendemos analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), considerando a sua abrangência enquanto política social, com destaque para o papel do restaurante universitário na efetivação da permanência e condições necessárias para que os alunos concluam seus cursos, no período de 2017 a 2023.

Para atender a esse objetivo a pesquisa almeja: 1) analisar a origem e o histórico de instalação/implantação do restaurante universitário da UFNT, por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil, além de identificar quais são os usuários do restaurante, bem como a origem geográfica dos mesmos; 2) avaliar a inserção do restaurante universitário da UFNT na efetivação de permanência dos alunos, considerando o perfil sociodemográfico e acadêmico dos alunos dos cursos de graduação; 3) discutir e problematizar a infraestrutura destinada ao funcionamento do restaurante universitário da UFNT, considerando os recursos financeiros aplicados para manutenção e funcionamento, por meio do PNAES e; 4) avaliar a parte operacional e finalística do restaurante universitário da UFNT, por meio dos seus cardápios e serviços oferecidos à comunidade acadêmica.

O motivo que nos leva a estudar se deve à necessidade de se analisar a inserção do restaurante universitário (RU), no câmpus de Araguaína da universidade unidade EMVZ, atual Centro de Ciências Agrárias e a extensão da unidade Cimba, com denominação atual de Centro de Ciências Integradas, considerando a espacialização sócio demográfica e acadêmica dos alunos usuários desse RU.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Pesquisas documentais e levantamentos de dados por meio de questionário semiestruturado, conversas informais

e a observação direta, onde pretendemos realizar registros fotográficos do restaurante. A sua participação consistirá em responder-nos os questionamentos e nos falar o que desejarem sobre o restaurante que não esteja no questionário. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em desconforto e/ou constrangimento ao fornecer alguns dados, por isso faremos o possível para evitar condições adversas que possam lhe causar algum dano.

A pesquisa contribuirá para a avaliação da política pública do restaurante universitário e conhecer se a política alimentar na universidade, por meio do restaurante universitário alcançam a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), considerando o perfil sociodemográfico e acadêmico dos discentes.

Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Coordenação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala do Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais – NUDEPS do Curso de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da UFNT/UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e

benefícios da pesquisa “A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS, CAMPUS DE ARAGUAÍNA: O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL ”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Concordo que meus dados informados sejam utilizados somente para esta pesquisa.

Concordo que meus dados informados, possam ser utilizados em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data: ___/___/___

E-mail:

Telefone:

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

Nome do Pesquisador Responsável:

Mácia da Luz Barros

CEP: 77800-000

Cidade: Araguaína-TO

E-mail: macia.barros@hotmail.com

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO COM PERGUNTAS ABERTAS E OU
FECHADAS**

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS, CAMPUS DE ARAGUAÍNA: O PAPEL DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

CLASSIFICAÇÃO DAS PERGUNTAS:

1 = Muito Insatisfeito, 2 = insatisfeito, 3 = Pouco Satisfeito, 4 = satisfeito

Dados gerais:

1- Nome Completo: _____

2- E-mail: _____

3- Telefone: _____

4- Curso: _____

5- Período: _____

6. Idade: _____

7. Gênero:

() Masculino () Feminino

8- Estado Civil:

() casado () solteiro () união estável

9- Você é estudante de:

() graduação () pós- graduação

Qual curso? _____

10- Você é:

() servidor () participante de evento na UFNT () comunidade () nenhum

11. Quantos dias por semana, em média, você se alimenta no restaurante?

() 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () 5 vezes

12- Quais as refeições você faz no restaurante?

() café da manhã () Almoço apenas () Jantar apenas () Almoço e Jantar

13- Solicitou seu cadastro no sistema CUBO da universidade para ter direito a desconto ou isenção? Qual subsídio possui?

sim, desconto por ser aluno sim, isenção total no pagamento

14- Exerce qual tipo de atividade?

Estágio remunerado estágio sem remuneração emprego remunerado não trabalha, a família ajuda financeiramente.

15. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal (em salários mínimos)?

R=

16- Qual o período das aulas?

matutino vespertino noturno integral

17- Sobre o deslocamento entre residência e universidade:

Possui condução própria? sim não

18-Meio de locomoção usado para se deslocar até a universidade:

A pé, por morar e/ou trabalhar próximo a ela ônibus carona com amigos
 moto outros todas

19- Qual o valor pago com transporte para deslocamento até a Universidade (Ida e Volta):

Valor diário R\$ _____ valor mensal R\$ _____

20- Quantas pessoas moram com você? (Incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)

(Marque apenas uma resposta)

(A) Moro sozinho

(B) uma a três

(C) Quatro a sete

(D) oito a dez

(E) Mais de dez

21-A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)

(A) Própria

(B) alugada

(C) cedida

(D) mora com parentes

22- Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)

(A) Zona rural.

(B) Zona urbana

(C) Comunidade indígena.

(D) Comunidade quilombola.

23- Você mora em Araguaína?

() Sim () não, qual cidade? _____

24- Quanto ao cardápio:

() Satisfeito () Insatisfeito () Pouco satisfeito () Muito Satisfeito

25- A qualidade nutricional é suficiente? Qual alimento você considera mais importante?

() proteínas () carboidratos (Arroz, feijão e massas) () vegetais e saladas

() Sobremesa (Frutas ou outro tipo) () Bebidas

26- Quanto ao ambiente físico do restaurante, como avalia os itens abaixo:

Barulho incomoda: () sim () não

Ventilação adequada: () sim () não

Limpeza adequada: () sim () não

27- Quanto ao preço da refeição:

() Satisfeito () Insatisfeito () Pouco satisfeito () Muito Satisfeito

28- Você tem direito a desconto no valor das refeições?

() Sim, isenção total () Sim, isenção parcial () desconto parcial por ser aluno

() nenhum desconto

29- Quanto ao tempo de atendimento:

() Satisfeito () Insatisfeito () Pouco satisfeito () Muito Satisfeito

30- Você gostaria de participar da elaboração do cardápio?

() sim () não

Em caso afirmativo, de que forma?

31- Qual a relevância da existência do Restaurante Universitário para seu dia a dia como estudante desta Instituição, na contribuição para um melhor rendimento acadêmico?

() Extremamente relevante () relevante () Pouco relevante () Nada relevante

32- Conhecia o restaurante universitário antes de ingressar na universidade?

() sim () não

Em caso afirmativo, isso influenciou na sua escolha para estudar nesta universidade?

33- Qual sua motivação para alimentar-se no restaurante?

Alimentação saudável e nutricional localização preço isenção atendimento fome/necessidade mais tempo para dedicar-se aos estudos falta de opção não voltaria outro

34- Já cogitou desistir ou trancar o curso por problemas socioeconômicos?

sim não

Em caso positivo, o apoio do restaurante universitário exerceu influência sobre sua decisão?

35- Quanto à temperatura das refeições:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

36- Quantidade servida:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

37- Quanto à Instalação Estrutural:

Ambiente, decoração e mobiliário, Dimensão, higiene e limpeza

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

38- Apresentação dos pratos:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

39- Quanto ao sabor e tempero:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

40- Quanto ao tempo de espera:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

41-Informações sobre os funcionários do RU:

Apresentação e higiene dos trabalhadores:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

Cordialidade e Simpatia:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

Rapidez no serviço:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

Satisfação geral:

Satisfeito Insatisfeito Pouco satisfeito Muito Satisfeito

ANEXO A- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: MAPEAMENTO DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ACADÊMICO DOS ALUNOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, CÂMPUS DE ARAGUAÍNA

Pesquisador: MACIA DA LUZ BARROS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67247423.1.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.964.205

Apresentação do Projeto:

O funcionamento do RU em Araguaína é fundamental para atender a função social universitária por meio do Programa PNAES, no suporte aos alunos com vulnerabilidade social, que precisam desse tipo de ações afirmativas em sua permanência na universidade, devido à posição geográfica da UFT na cidade e o possível perfil social dos alunos que frequentam a universidade. Diante disso, e considerando que a universidade trabalha com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na formação superior dos alunos e que um dos objetivos da instituição é promover a inclusão social (PDI 2021-2025), faz-se o seguinte questionamento: Como as normativas vigentes na universidade estão sendo operacionalizadas para acesso dos alunos ao restaurante universitário, contemplando, de fato, aos que estão em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a inserção do restaurante universitário (RU) no câmpus de Araguaína (unidade EMVZ e a extensão na unidade CIMBA) de 2017 a 2023, considerando a espacialização sociodemográfica e acadêmica dos alunos de graduação usuários desse RU, destacando a política de Assistência Estudantil.

Objetivo Secundário:

Revisar a bibliografia pertinente sobre segurança alimentar e Vulnerabilidade;

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 5.964.205

Descrever a infraestrutura destinada à construção do RU e a respectiva alocação de recursos financeiros para tal construção, buscando pensar em que medida o arranjo físico apresenta desafios para o funcionamento do RU nessas unidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos Riscos, foi realizada adequadamente: no PB - Informações básicas do projeto, Projeto completo e no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto representa uma contribuição para analisar a inserção do restaurante universitário (RU) no câmpus de Araguaína (unidade EMVZ e a extensão na unidade CIMBA) de 2017 a 2023, considerando a espacialização sociodemográfica e acadêmica dos alunos de graduação usuários desse RU, destacando a política de Assistência Estudantil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados em conformidade com o exigido.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, o pesquisador deve apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2069474.pdf	10/03/2023 20:37:59		Aceito
Declaração de Pesquisadores	TCUD.pdf	10/03/2023 20:32:42	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMODECOMPROMISSODEGRAVA CAODEIMAGENS.pdf	10/03/2023 20:31:32	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito
Outros	CartaparaencaminhamentoCEPassinada.pdf	10/03/2023 20:28:48	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



Continuação do Parecer: 5.964.205

Brochura Pesquisa	ProjetoMaciabrochuraoCEP.doc	10/03/2023 20:26:12	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	10/03/2023 20:24:46	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CartadeanuenciaassinadapelaPROEST UFNT.pdf	02/02/2023 11:59:35	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	23/12/2022 17:48:15	MACIA DA LUZ BARROS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 26 de Março de 2023

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br